

2025

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ESTUDOS INTRODUTÓRIOS

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO —
ESTUDOS INTRODUTÓRIOS

Editora Pascal

2025

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Adelcio Machado Dos Santos

Conselho Editorial

Dr. Glauber Túlio Fonseca Coelho

Dr^a Sandra Imaculada Moreira Neto

Dr. José Ribamar Santos Moraes Filho

Dr. Wellinton de Assunção

Dr. Othon Carvalho Bastos Filho

Dr. José Francisco dos Reis Neto

Dr. Moisés dos Santos Rocha

Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237d

Santos, Adelcio Machado dos

Desenvolvimento econômico – estudos introdutórios / Adelcio Machado dos Santos — São Luís: Editora Pascal, 2025.

79 f. : il.:

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-187-3

D.O.I.: 10.29327/5661999

1. Desenvolvimento. 2. Economia. 3. Epistemologia. 4. Pesquisa. I. Santos, Adelcio Machado dos. II. Título.

CDU: 330.34: 001.8:

Qualquer parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, desde que seja citado o autor.

*Livro dedicado a
Daniel Tenconi*

“A ideia de que o interesse próprio esclarecido sempre opera em favor do bem público é falsa. É o que chamamos de falácia. Se deixarmos as coisas acontecerem livremente, não teremos pleno emprego, mas sim o desemprego em massa.”

KEYNES, John Maynard

*Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. 2. ed.
São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Os Economistas)*

PREÂMBULO

Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos

O desenvolvimento econômico se configura em fenômeno multifacetado, que ultrapassa as fronteiras dos indicadores puramente quantitativos para se revelar como uma complexa teia de relações sociais, políticas, culturais, históricas e ambientais. Compreender sua dinâmica, seus impasses e seus potenciais exigem não apenas técnicas analíticas de uma disciplina específica, mas uma abordagem que dialogue com a pluralidade de saberes.

É nesse espírito que se insere a presente coletânea *Estudos Sobre Desenvolvimento Econômico – estudos introdutórios*, edição de uma série que busca reunir, em uma mesma obra, diferentes olhares sobre os caminhos do desenvolvimento, com especial atenção à sua interface com as transformações estruturais e conjunturais das sociedades contemporâneas.

Vivemos em um tempo em que os reptos ao desenvolvimento se tornaram ainda mais evidentes e interdependentes. As crises globais – sejam sanitárias, ambientais, políticas ou econômicas – acentuam desigualdades históricas e expõem os limites dos modelos tradicionais de crescimento. Frente a esse cenário, torna-se indispensável repensar o desenvolvimento para além da retórica do progresso ou da simples elevação do Produto Interno Bruto (PIB).

É preciso refletir sobre as condições reais de bem-estar, sobre a sustentabilidade das estratégias adotadas, sobre a justiça social e sobre os mecanismos de inclusão, participação e emancipação dos indivíduos e coletividades. A interdisciplinaridade se apresenta, assim, não como um recurso retórico, mas como exigência metodológica e epistemológica diante da complexidade do objeto em questão.

Os textos que compõem esta obra se organizam em torno de eixos temáticos que dialogam entre si, mesmo quando partem de perspectivas distintas. Economistas, sociólogos, cientistas políticos, geógrafos, historiadores e profissionais de áreas afins compartilham aqui suas reflexões, análises e resultados de pesquisa, promovendo uma fertilização cruzada de ideias que enriquece a compreensão do desenvolvimento em seus múltiplos sentidos.

São abordagens que transitam entre o macro e o micro, entre o global e o local, entre a teoria e a prática, revelando os dilemas enfrentados por países em diferentes estágios de desenvolvimento e propondo caminhos alternativos e inovadores.

O caráter interdisciplinar do livro não está apenas na diversidade dos campos de formação dos autores, mas também na variedade de métodos utilizados, nas

referências teóricas mobilizadas e nos contextos empíricos analisados. Há, nesta coletânea, estudos que se debruçam sobre políticas públicas e seus efeitos, análises críticas sobre os rumos da economia internacional, investigações sobre a relação entre território e desenvolvimento, discussões sobre trabalho e desigualdade, além de reflexões sobre os impactos das transformações tecnológicas e ambientais.

Cada contributo, à sua maneira, ilumina aspectos específicos do fenômeno do desenvolvimento, compondo um mosaico complexo e, ao mesmo tempo, coerente com a proposta de uma abordagem transversal e crítica.

Não se trata, portanto, de uma obra que busca oferecer respostas definitivas ou fórmulas universais.

Ao contrário, este volume pretende contribuir para o debate aberto, plural e comprometido com a realidade concreta das sociedades, especialmente aquelas marcadas por desigualdades estruturais e por processos históricos de exclusão. O desenvolvimento, tal como aqui concebido, é entendido como processo em construção, disputado e profundamente condicionado por fatores políticos, sociais e culturais.

Por conseguinte, as análises aqui apresentadas partem de um compromisso com a transformação social, com a justiça econômica e com a busca de alternativas que façam sentido diante dos desafios do século XXI.

Esta terceira edição consolida uma trajetória iniciada nos volumes anteriores e reafirma a importância do diálogo entre diferentes áreas do conhecimento para a formulação de diagnósticos mais precisos e propostas mais eficazes. Ao reunir autores comprometidos com a pesquisa, o ensino e a intervenção social, *Estudos Sobre Desenvolvimento Econômico – estudos introdutórios*, reafirma o papel da produção acadêmica como espaço de reflexão crítica e de contribuição concreta para a construção de sociedades mais justas, sustentáveis e democráticas.

Em epítome, este livro colima servir de inspiração para novos estudos, novas ações e novos caminhos.

Por final, que possa instigar inquietações, provocar reflexões e estimular colaborações futuras entre pesquisadores, estudantes, formuladores de políticas e demais agentes sociais comprometidos com a construção de um desenvolvimento verdadeiramente humano e inclusivo.

BIOGRAFIA DO AUTOR



O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é advogado (OAB/SC 4912) e economista (CORECON/SC 3840).

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Bacharel em Direito e em Ciências Econômicas.

O núcleo temático de estudo envolve as linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade, Estudos Culturais e Filosofia da Interdisciplinaridade.

Ex-Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado de curso. Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no “staff” da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

É avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos. Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (BASIs), Banco Nacional de Itens (BNI), Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

É vogal das seguintes instituições: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos de Lazer (ANPEL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (ABRACE).

Deu a lume a 72 livros, 165 capítulos de livros e 426 artigos científicos..

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6663595207403860>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	10
<i>INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO SISTEMA-MUNDO</i>	
CAPÍTULO 2	24
<i>INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTISMO: reflexões</i>	
CAPÍTULO 3	39
<i>ECONOMIA DA EDUCAÇÃO: O PAPEL DA ESCOLARIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</i>	
CAPÍTULO 4	52
<i>CELSO FURTADO – O ECONOMISTA-MOR</i>	
CAPÍTULO 5	56
<i>ATUALIDADE DE KEYNES</i>	
CAPÍTULO 6	58
<i>A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO CONHECIMENTO</i>	
CAPÍTULO 7	61
<i>CARLOS LESSA</i>	
CAPÍTULO 8	64
<i>A DISCIPLINA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO</i>	
CAPÍTULO 9	68
<i>SOCIOLOGIA ECONÔMICA – A SOCIABILIDADE DA ECONOMIA</i>	
CAPÍTULO 10	71
<i>KEYNES E A ECONOMIA</i>	
CAPÍTULO 11	74
<i>ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL</i>	
CAPÍTULO 12	76
<i>DESENVOLVIMENTO RURAL</i>	

1

INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO SISTEMA-MUNDO

INTRODUCTION TO WORLD-SYSTEM ANALYSIS



Resumo

Este artigo oferece uma introdução crítica à análise do sistema-mundo, abordando suas origens, fundamentos teóricos e principais dinâmicas históricas. A partir da obra de Immanuel Wallerstein e de contribuições de autores como Giovanni Arrighi, David Harvey, Saskia Sassen, Beverly Silver, Jason Moore e Silvia Federici, discute-se a constituição da economia-mundo moderna, os ciclos de hegemonia, a financeirização, as transformações tecnológicas e as formas contemporâneas de resistência. O texto enfatiza a importância das categorias centro, periferia e semiperiferia, bem como o papel das crises e reestruturações do capitalismo na conformação do sistema global. Com base em uma abordagem interdisciplinar, o artigo destaca também as contribuições feministas, decoloniais e ecológicas, propondo uma atualização crítica da teoria. Por fim, são sugeridas agendas futuras de pesquisa, com ênfase em temas como a ascensão da China, as novas formas de trabalho e os conflitos socioambientais no Sul Global. A análise do sistema-mundo é apresentada como ferramenta fundamental para compreender a complexidade do capitalismo contemporâneo e seus desafios globais.

Palavras-chave: sistema-mundo; capitalismo; hegemonia; periferia; crise.

Abstract

This article offers a critical introduction to world-systems analysis, addressing its origins, theoretical foundations, and main historical dynamics. Based on the work of Immanuel Wallerstein and contributions from authors such as Giovanni Arrighi, David Harvey, Saskia Sassen, Beverly Silver, Jason Moore, and Silvia Federici, it explores the formation of the modern world-economy, hegemonic cycles, financialization, technological transformations, and contemporary forms of resistance. The text emphasizes the relevance of the core–periphery–semi-periphery framework, as well as the role of crises and capitalist restructuring in shaping the global system. Through an interdisciplinary approach, it highlights feminist, decolonial, and ecological perspectives, proposing a critical update of the theory. Finally, it suggests future research agendas focused on the rise of China, new forms of labor, and socio-environmental conflicts in the Global South. World-systems analysis is presented as a key tool for understanding the complexity of contemporary capitalism and its global challenges.

Keywords: world-system; capitalism; hegemony; periphery; crisis.

INTRODUÇÃO

A análise do sistema-mundo constitui uma abordagem teórica e metodológica que tem exercido influência significativa nas ciências sociais desde a segunda metade do século XX, particularmente nas áreas da sociologia, ciência política, economia e história. Proposta originalmente por Immanuel Wallerstein na década de 1970, essa perspectiva crítica rompe com os paradigmas tradicionais do pensamento social ao propor que a unidade de análise mais adequada para compreender os processos históricos, econômicos e sociais não é o Estado-nação isolado, mas sim o sistema-mundo capitalista como uma totalidade histórica e interconectada (Wallerstein, 2001).

O conceito de “sistema-mundo” se refere, portanto, a uma rede dinâmica e hierárquica de relações econômicas, políticas e culturais que transcende fronteiras nacionais, estruturando as assimetrias globais e as lógicas de dominação e dependência.

A emergência dessa abordagem se dá em um contexto de insatisfação com as limitações das teorias do desenvolvimento, particularmente as vertentes funcionalistas e evolucionistas, que concebiam a modernização como um processo linear e universal aplicável a todos os países. Ao contrário dessas interpretações, a teoria do sistema-mundo defende que o desenvolvimento de determinadas regiões está diretamente vinculado ao subdesenvolvimento de outras, configurando uma estrutura mundial baseada na exploração e na desigualdade estrutural.

Destarte, o sistema-mundo moderno — nascido com a expansão europeia no século XVI — é capitalista por definição, sendo caracterizado por uma divisão internacional do trabalho em que os países ocupam posições distintas (centro, semiperiferia e periferia), determinadas por suas funções econômicas e relações de poder (Arrighi, 1996).

Com fulcro nessa perspectiva, a análise do sistema-mundo permite compreender não apenas a história da acumulação capitalista em escala global, mas também os processos de dominação imperialista, a mobilidade geográfica do capital, os ciclos hegemônicos e as crises sistêmicas. Mais do que uma teoria econômica, trata-se de uma abordagem histórica de longa duração, que integra dimensões políticas, sociais e culturais da vida coletiva.

Essa articulação multidisciplinar confere à teoria uma capacidade explicativa robusta, especialmente no que se refere aos padrões de transformação global e à persistência das desigualdades entre regiões centrais e periféricas.

Ao longo das décadas seguintes, a proposta de Wallerstein foi ampliada e criticamente desenvolvida por diversos autores, como Giovanni Arrighi, Samir Amin, Beverly Silver e Aníbal Quijano, que contribuíram para enriquecer os con-

ceitos fundamentais da teoria, bem como para tensionar suas limitações analíticas.

À guisa de exemplo, Arrighi (1996), enfatizou os ciclos sistêmicos de acumulação e a ascensão e declínio das potências hegemônicas, oferecendo uma interpretação histórica dos longos ciclos de expansão e crise do capitalismo global. Amin (1999), por sua vez, problematizou as dinâmicas de dependência e as especificidades do capitalismo periférico, incorporando elementos marxistas e anticoloniais à análise do sistema-mundo.

Tais desdobramentos demonstram a vitalidade do campo, cuja pertinência teórica se renova diante das transformações contemporâneas, como a globalização, as novas formas de imperialismo, a financeirização e a crise ambiental.

Este artigo propõe introdução crítica à análise do sistema-mundo, com o objetivo de apresentar seus principais fundamentos teóricos, conceitos centrais e desdobramentos históricos. Partimos da premissa de que compreender o sistema-mundo moderno é essencial para interpretar as dinâmicas estruturais da desigualdade global e os desafios que se colocam para as sociedades periféricas no século XXI.

Para isso, estrutura-se o artigo em cinco seções principais: na primeira, abordamos o contexto histórico de surgimento da teoria; em seguida, exploramos seus principais conceitos analíticos; posteriormente, discutimos a dinâmica histórica do sistema-mundo e seus ciclos hegemônicos; em seguida, apresentamos as críticas e atualizações da teoria; por fim, nas considerações finais, refletimos sobre a atualidade dessa abordagem e suas contribuições para as ciências sociais.

Ademais do propósito didático, este trabalho pretende fomentar o debate crítico acerca das formas de dominação global e das alternativas epistemológicas que desafiam o pensamento eurocêntrico e desenvolvimentista. Ao adotar a teoria do sistema-mundo como lente analítica, busca-se não apenas compreender o mundo tal como ele é, mas também vislumbrar caminhos para sua transformação a partir de uma perspectiva histórica, crítica e situada.

Destarte, este artigo não é apenas uma introdução conceitual, mas um convite à reflexão sobre os fundamentos estruturais das relações globais e suas implicações para os povos subalternizados, especialmente aqueles do Sul Global.

ORIGENS E FUNDAMENTOS DA ANÁLISE DO SISTEMA-MUNDO

A análise do sistema-mundo, proposta originalmente por Immanuel Wallerstein, emerge na década de 1970 como uma resposta teórica e metodológica às limitações dos paradigmas clássicos de interpretação do desenvolvimento econômico

e das estruturas sociais globais. A teoria nasce em um contexto de efervescência crítica no campo das ciências sociais, em meio à crise dos modelos evolucionistas e funcionalistas dominantes nas décadas anteriores.

O objetivo central de Wallerstein era construir uma abordagem capaz de apreender as dinâmicas históricas e estruturais do sistema capitalista global a partir de uma perspectiva sistêmica, histórica e relacional. Segundo o autor, “a unidade de análise não deve ser o Estado-nação, mas sim o sistema-mundo, uma entidade histórica concreta com suas próprias dinâmicas internas” (Wallerstein, 2001, p. 20).

A ruptura proposta por Wallerstein (2001) com a ortodoxia analítica encontra raízes em três principais influências teóricas: o marxismo histórico, a crítica ao desenvolvimentismo e a tradição da história social de longa duração, especialmente representada pela Escola dos Annales. O marxismo forneceu os fundamentos teóricos para a compreensão das relações de exploração e acumulação de capital em escala global, ainda que Wallerstein tenha se distanciado de certos determinismos economicistas ao incorporar elementos mais amplos da vida social.

Como destaca Arrighi (1996), a análise do sistema-mundo recupera a dimensão histórica da luta de classes e do papel das formas estatais na reprodução das hierarquias econômicas mundiais, o que permite uma leitura mais integrada das transformações globais.

A crítica ao desenvolvimentismo — particularmente à teoria da modernização, hegemônica no pós-guerra — foi igualmente decisiva para o surgimento da análise do sistema-mundo. As teses desenvolvimentistas postulavam que todos os países seguiriam uma trajetória linear de progresso, desde o “subdesenvolvimento” até a modernização plena, tendo como modelo os países capitalistas centrais.

Tal concepção, entretanto, negligenciava o fato de que o desenvolvimento de determinadas regiões está estruturalmente vinculado ao subdesenvolvimento de outras, em uma lógica de interdependência assimétrica. A análise do sistema-mundo, ao contrário, enfatiza que o sistema capitalista moderno desde sua origem depende de uma divisão internacional do trabalho que perpetua desigualdades entre centro, periferia e semiperiferia (Amin, 1999).

De outro vértice, a influência da Escola dos Annales, particularmente das contribuições de Fernand Braudel, é visível na ênfase dada à longa duração e aos processos históricos estruturantes. Braudel propôs uma historiografia que fosse além dos eventos pontuais e que se debruçasse sobre estruturas econômicas, culturais e sociais que se reproduzem ao longo de séculos. Wallerstein (2001) retoma esse enfoque para analisar a consolidação do sistema capitalista como um processo que não se restringe à Europa Ocidental, mas que envolve a expansão mundial do capital desde o século XVI.

Como observa o pensador, o sistema-mundo moderno nasceu em um tempo e em um espaço específicos, mas desde o início teve uma vocação globalizante (Wallerstein, 1979).

O ponto de partida histórico da análise do sistema-mundo é a formação da economia-mundo europeia, consolidada no século XVI com a emergência da agricultura capitalista e a expansão colonial. A economia-mundo, segundo Wallerstein (2001), distingue-se de outras formas de organização social por sua lógica centrada na acumulação contínua e infinita de capital. Essa lógica exige a constituição de um mercado mundial integrado, baseado na divisão hierárquica do trabalho: os países do centro concentram as atividades industriais e de alta tecnologia; os da periferia são relegados à produção de bens primários e à exploração de mão de obra barata; enquanto a semiperiferia desempenha um papel intermediário, servindo de amortecedor entre os polos extremos.

Essa estrutura não é estática. Ao longo dos séculos, o sistema-mundo experimentou sucessivas transformações, impulsionadas por crises, guerras, revoluções e transições hegemônicas. Nesse sentido, Arrighi (1996) aprofunda a teoria ao propor a noção de “ciclos sistêmicos de acumulação”, nos quais o capital se reorganiza em novos centros hegemônicos — como ocorreu com a transição da hegemonia holandesa para a britânica, e desta para a estadunidense.

Tais ciclos, embora distintos em forma, mantêm a lógica estrutural do sistema, reproduzindo desigualdades e reorganizando o espaço global de acordo com as novas formas de dominação.

Autores mais recentes, como Silver (2005), têm ampliado o escopo analítico da teoria, incluindo a centralidade dos movimentos sociais e das lutas trabalhistas na configuração do sistema-mundo. Silver argumenta que as resistências sociais são forças estruturantes que moldam e desafiam os padrões globais de acumulação. Já a contribuição de Amin (2006) reforça a crítica ao caráter imperialista da globalização, apontando que a financeirização e as novas formas de dependência tecnológica aprofundam a marginalização dos países periféricos, mesmo em um contexto de aparente crescimento econômico.

Silver (2005) pontua que a análise do sistema-mundo constitui uma abordagem que rompe com os limites do nacionalismo metodológico e propõe uma leitura histórica, estrutural e relacional das transformações globais. Seus fundamentos repousam na crítica ao eurocentrismo, na recusa de explicações lineares do desenvolvimento e na ênfase nas conexões e hierarquias sistêmicas que moldam o mundo moderno.

Essa perspectiva permanece atual não apenas por sua capacidade explicativa, mas também por abrir caminhos para pensar alternativas críticas e epistemologias

do Sul, que problematizam as formas de dominação e exclusão no capitalismo globalizado.

PRINCIPAIS CONCEITOS DA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO

A teoria do sistema-mundo, tal como proposta por Immanuel Wallerstein, está ancorada em um arcabouço conceitual robusto, cuja função é compreender as estruturas e dinâmicas do capitalismo global. Esses conceitos não operam isoladamente, mas em articulação, permitindo uma leitura histórica e relacional das desigualdades internacionais, das lógicas de acumulação e dos ciclos de hegemonia.

Entre os principais conceitos elaborados ou adaptados por essa teoria estão: *economia-mundo capitalista, divisão internacional do trabalho, hierarquia centro-semiperiferia-periferia, mobilidade sistêmica, hegemonia e ciclos sistêmicos de acumulação*.

O primeiro conceito fundamental é o de economia-mundo (*world-economy*), que se diferencia do conceito de *império-mundo* (*world-empire*). Enquanto os impérios-mundo baseiam-se na unificação política e cultural em torno de um centro hegemônico, a economia-mundo se estrutura a partir da fragmentação política e da unificação econômica por meio da troca mercantil capitalista. Wallerstein (2001) define a economia-mundo como “um sistema social unificado por uma divisão do trabalho que permite a existência de múltiplos Estados e culturas dentro de um mesmo espaço econômico.

Essa fragmentação política favorece o capital, porquanto permite que os agentes econômicos se beneficiem da concorrência entre Estados por condições mais favoráveis de produção e exploração da força de trabalho.

Essa economia-mundo, por sua vez, é capitalista, o que significa que sua lógica fundamental é a da acumulação incessante de capital. Trata-se de um sistema que visa maximizar o lucro por meio da exploração de trabalho e do controle dos meios de produção e circulação. Para tanto, institui-se uma divisão internacional do trabalho, que organiza a produção e o consumo de forma hierárquica e funcional (Silver, 2005).

Nessa divisão, os Estados e regiões assumem papéis distintos: os países centrais concentram atividades de alta produtividade, com tecnologia avançada e organização capitalista consolidada; os países da periferia fornecem matérias-primas, bens de baixo valor agregado e mão de obra barata; e os países da semi-periferia ocupam posições intermediárias, funcionando como zonas de compensação e transição dentro do sistema (Wallerstein, 2001).

Essa tríade — centro, semiperiferia e periferia — é central para a teoria. Diferentemente de classificações estáticas como “países desenvolvidos” e “subdesen-

volvidos”, o modelo de Wallerstein reconhece a mobilidade sistêmica: Estados e regiões podem mudar de posição ao longo do tempo, ainda que essa mobilidade seja extremamente difícil e condicionada por lutas geopolíticas, revoluções internas e crises sistêmicas. Arrighi (1996) reforça essa perspectiva ao destacar que a ascensão de novas potências hegemônicas — como ocorreu com os Estados Unidos no século XX — depende não apenas de vantagens econômicas, mas também de condições políticas e militares estratégicas, associadas à capacidade de organizar o sistema internacional.

Outro conceito central consiste em hegemonia, que se refere à capacidade de um Estado de liderar o sistema-mundo não apenas pela força, mas por meio do consenso e da capacidade organizacional. A hegemonia, nesse contexto, é sempre relativa e temporária. Segundo Arrighi (1996), a hegemonia combina superioridade produtiva, financeira e militar, e sua ascensão é seguida inevitavelmente por declínio, quando o centro hegemônico se torna excessivamente financeirizado e dependente da exploração de outros territórios.

Essa transição se expressa por meio dos chamados ciclos sistêmicos de acumulação, nos quais o capital se reorienta em busca de novas fontes de rentabilidade.

A teoria também incorpora o conceito de tempo histórico de longa duração, conforme proposto por Fernand Braudel, para compreender os processos estruturais do sistema-mundo. Trata-se de uma abordagem que privilegia as continuidades e as estruturas, em vez de eventos pontuais (Amin, 2006).

Nessa perspectiva, a globalização contemporânea não é um fenômeno novo, mas o aprofundamento de um processo iniciado com a expansão marítima europeia no século XVI, que deu origem à formação do sistema-mundo moderno.

Ademais disso, a análise do sistema-mundo propõe uma crítica epistemológica ao nacionalismo metodológico, isto é, à tendência das ciências sociais de analisar a realidade a partir das fronteiras dos Estados-nação. Para Wallerstein (2001), essa limitação impede a compreensão das dinâmicas globais de acumulação, exploração e dominação, uma vez que as unidades estatais estão imersas em uma lógica sistêmica superior. Assim, os fenômenos sociais devem ser analisados com base em sua inserção no sistema-mundo, e não como expressões autônomas de processos internos.

Silver (2005) e Amin (2006), que são autores contemporâneos, também ampliam os conceitos da teoria do sistema-mundo ao incorporar dimensões como a resistência dos trabalhadores, a dependência tecnológica e a financeirização.

Silver argumenta que a localização dos conflitos trabalhistas globais acompanha os deslocamentos geográficos do capital, sendo que a resistência operária influencia diretamente os ciclos de acumulação. Já Amin critica a ilusão da “con-

vergência global” e afirma que o capitalismo contemporâneo reforça as desigualdades sistêmicas ao manter os países periféricos presos a um modelo de desenvolvimento subordinado.

Por final, impende destacar que os conceitos da teoria do sistema-mundo não são apenas descritivos, mas também analíticos e críticos. Eles permitem entender as causas estruturais das desigualdades globais, a persistência das formas de colonialismo econômico e a reprodução das hierarquias internacionais. Ao integrar múltiplas disciplinas e temporalidades, a teoria fornece um instrumental analítico potente para interpretar o capitalismo global e suas crises, ao mesmo tempo em que desafia paradigmas hegemônicos das ciências sociais ocidentais.

A DINÂMICA HISTÓRICA DO SISTEMA-MUNDO: CRÍTICAS E DESDOBRAMENTOS DA TEORIA

A dinâmica histórica do sistemamundo se apresenta como um processo de profunda transformação global, marcado por ciclos de hegemonia, crises, reorganizações sistêmicas e resistências sociais. Esta perspectiva, iniciada por Immanuel Wallerstein, foi amplamente desenvolvida por outros pensadores, como Giovanni Arrighi, David Harvey, Saskia Sassen, Beverly Silver, Jason Moore e Silvia Federici, que enriqueceram a análise com novos recortes temáticos — do financeiro ao ambiental, do tecnológico ao político.

Para Arrighi (1996), a história do capitalismo mundial se organiza em “ciclos sistêmicos de acumulação”, cujas centrais hegemônicas alternam-se conforme declinam as vantagens produtivas e emergem novas formas de organização do capital. Ele afirma que “o ciclo neoclássico do capital financeiro se sobrepõe à fase industrial madura, inaugurando uma nova configuração hegemônica” (Arrighi, 1996, p. 112).

Arrighi traça, assim, uma genealogia das potências hegemônicas — Veneza, Holanda, GrãBretanha e Estados Unidos — e demonstra como cada fase envolveu transições que reposicionaram o centro da economia-mundo, seja geograficamente, seja estruturalmente.

Wallerstein (1979; 2001) localiza o início dessa lógica capitalista moderna na Europa do século XVI, quando a economia-mundo moderna nasceu em um tempo e em um espaço específicos, mas desde o início teve uma vocação globalizante. Difere-se, assim, dos impérios tradicionais, ao enfatizar que a economiamundo não se estrutura sob um poder político unitário, mas por meio de uma divisão internacional do trabalho, na qual centros, semiperiferias e periferias se articulam por meio da hierarquia mercantil-capitalista.

O reconhecimento do papel estratégico dessas fronteiras sistêmicas implica admitir mobilidades limitadas, mas reais. Para Wallerstein (2001), embora a posição de um país dentro do sistema possua rigidez estrutural, há possibilidade de deslocamento, embora tão difícil que exige mudanças geopolíticas e profundas rupturas internas. Essa noção de mobilidade foi complementada por Arrighi, que destaca como a transição de hegemonia — com deslocamentos produtivos e financeiros — foi condicionada tanto por medidas de controle estatal quanto por transformações econômicas e creditícias.

Ademais de Arrighi e Wallerstein, a obra de David Harvey reforça a importância da transformação da economia industrial hegemônica em um regime de financeirização. Em *The Enigma of Capital*, Harvey argumenta que “a financeirização é o retorno do capital industrial à esfera financeira, gerando bolhas especulativas que anteveem sua própria crise” (Harvey, 2010, p. 70).

A partir daí, passa-se a observar uma crescente centralidade de instrumentos financeiros — derivativos, mercados de hipotecas, fundos de hedge — que deslocam a dinâmica do capital da produção material para a circulação monetária.

Essa espiral de financeirização acontece em paralelo à morfologia espacial do capitalismo. Sassen (2001) foi pioneira ao identificar a emergência das “cidades globais” como centros nodais dessa nova economia. Em *The Global City* (2001), ela descreve Nova York, Londres e Tóquio como “centros de comando e controle do capitalismo planetário, que abrigam redes financeiras, jurídicas e corporativas”, o que evidencia seu papel central num sistema que se organiza por redes e fluxos internacionais.

Contudo, a dinâmica do sistema-mundo também inclui lutas sociais que desafiam suas hierarquias. Beverly Silver, em *Forças de trabalho* (2005), explora a geografia da luta operária global, argumentando que “os movimentos trabalhistas acompanham os deslocamentos do capital, criando lutas similares em contextos distintos” (Silver, 2005, p. 89).

Destarte, à medida que o capital se desloca — seja para a China, seja para Singapura ou América Latina —, o conflito capitaltrabalho se reinventa, caracterizando uma resistência que acompanha o próprio fluxo hegemônico.

Resistência essa que, conforme Chatterjee (2004), pode manifestar-se em formas culturais e políticas autônomas, mesmo dentro de regimes coloniais ou pós-coloniais: as populações periféricas produzem formas próprias de organização que não se subordinam totalmente ao Estado moderno. Esse aporte amplia o olhar do sistema-mundo para além da economia e do Estado, incorporando as expressões populares e as implicações pós-coloniais.

A reflexão sobre crises recentes, como a crise de 2007–2008 e a pandemia de

COVID19, em 2020, demonstra que os mecanismos estruturais do sistema-mundo permanecem frágeis. Sassen (20021) observa que as cidades globais revelam sua dependência de fluxos financeiros” ao serem impactadas por crises e choques globais. Ainda, Massey (2005) destaca que tais crises diferem conforme suas consequências geográficas: “as periferias metropolitanas sofrem maior segregação socioespacial, enquanto os centros globais mantêm resiliência institucional e financeira” (Massey, 2005, p. 126).

Outros pensadores, como Federici (2004), reinterpretam os alicerces históricos dessa dinâmica a partir de uma perspectiva feminista e antirracista. Em *Caliban and the Witch* (2004), Federici (2004) afirma que a acumulação primitiva implicou a construção de corpos racializados e sexualizados como subalternos ao projeto capitalista. Ela conclui que essas violências históricas não foram superadas, mas reproduzidas na economia contemporânea, exigindo uma análise crítica que abarque gênero e raça como registros de violação sistêmica.

Nas últimas décadas, emergiram contribuições que conectam a dimensão ambiental à dinâmica capitalista global. Moor (2015), em *Capitalism in the Web of Life* (2015), propõe que o capitalismo sempre esteve entrelaçado com a natureza, ao extrair recursos naturais e formas de trabalho vivo: “a expropriação da vida — solo, água, trabalho humano — está na base da acumulação capitalista” (Moore, 2015, p. 93).

Essa leitura materialista e ambiental sugere que as crises ecológicas atuais — poluição, aquecimento, extinção — não são desvios do capitalismo, mas expressão de suas contradições.

De forma semelhante, vários autores, como Nicholas Timberlake e Raquel Rolla, debatem a relação entre tecnologia, controle digital e hegemonia. A expansão de redes tecnológicas sobre modos informais nas periferias — mesmo em regiões “não incorporadas” —, aponta para novas formas de poder e resistência, revigorando debates sobre soberania de dados, vigilância algorítmica e autonomia periférica.

Em conjunto, essas análises demonstram que a dinâmica histórica do sistema-mundo se articula a partir de um jogo complexo entre acumulação, hegemonia, crise, resistência, tecnologia e natureza. Tais relações não se revelam em sequência linear, mas em espiral: os momentos de expansão promovem reorganizações que levam à crise, as quais abrem espaço para reformulações — nem sempre progressistas — do capitalismo. Significativamente, o Brasil, situado na semiperiferia, exemplifica esse movimento: por vezes, é destino de migrações de capital produtivo, em outras, sede de bolhas financeiras especulativas — posicionando-se, assim, como indicador das mudanças globais que atravessam as estruturas da economia-mundo.

Ao final, entendemos que “a dinâmica do sistema-mundo não pode ser reduzida à sua centralidade financeira ou à acumulação industrial — ela é produto simultâneo de tensões políticas, resistências sociais e destruições ecológicas” (Harvey, 2010; Moore, 2015; Federici, 2004). Essa abordagem multifacetada serve como lente para analisar o presente e projetar cenários futuros — sejam eles de intensificação das crises ou de ruptura sistêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do sistema-mundo oferece uma ferramenta teórico-metodológica relevante para compreender as complexas articulações entre economia, política, cultura, meio ambiente e sociedade em escala planetária.

Desde as formulações iniciais de Immanuel Wallerstein até as reformulações propostas por autores como Giovanni Arrighi, David Harvey, Saskia Sassen, Jason Moore e Silvia Federici, observa-se que o sistema-mundo moderno-capitalista se organiza por meio de uma lógica de acumulação desigual, reprodução de hierarquias interestatais, e contínua reinvenção de mecanismos de exploração e dominação. Essa perspectiva permite visualizar as transformações do capitalismo não como rupturas isoladas, mas como momentos de reestruturação sistêmica, em que crises e transições hegemônicas moldam novas formas de organização da produção, da política e das subjetividades.

A centralidade das categorias centro, periferia e semiperiferia segue sendo útil para compreender as posições estruturais ocupadas por diferentes regiões e Estados dentro da economia-mundo. No entanto, o aprofundamento da financeirização, a intensificação da digitalização e a emergência de novos polos econômicos — como a China — exigem que essa tripartição seja continuamente tensionada e atualizada. A emergência de cidades globais, como indicam Sassen e outros autores, desloca parte do poder da soberania estatal para redes financeiras e tecnológicas que transcendem as fronteiras nacionais, desafiando o próprio conceito de hegemonia interestatal tradicional.

Observou-se neste estudo, como outro ponto de destaque, que a dinâmica do sistema-mundo é o papel das resistências sociais, muitas vezes invisibilizadas pelas abordagens macroeconômicas. As contribuições de Federici, Silver, Chatterjee e Moore ressaltam que a contestação à lógica capitalista não ocorre apenas no âmbito sindical ou institucional, mas também nas lutas feministas, nos movimentos indígenas, nas disputas ambientais e nas redes informais urbanas. Isso revela uma heterogeneidade de sujeitos e práticas que questionam as bases materiais, culturais e epistemológicas da ordem vigente.

Por conseguinte, a análise do sistema-mundo precisa ser ampliada por leituras interseccionais que considerem as dinâmicas de gênero, raça, colonialidade e ecologia como constitutivas do capitalismo global.

Nesse contexto, as crises do século XXI — como a pandemia da COVID-19, o colapso ambiental em curso e o crescimento das desigualdades sociais — colocam em xeque a sustentabilidade sistêmica do modelo capitalista. O aumento da precarização do trabalho, a exaustão dos recursos naturais e o aprofundamento das assimetrias entre Norte e Sul Global são sinais de que o sistema-mundo atual se encontra em um momento de inflexão histórica.

Se, por um lado, novas formas de controle e acumulação se consolidam por meio de tecnologias digitais e da vigilância algorítmica, por outro, abrem-se possibilidades para reimaginar outras formas de organização social e econômica baseadas na justiça social, na solidariedade e na sustentabilidade.

Em face desse panorama, as pesquisas futuras devem explorar temas emergentes que desafiam e atualizam a análise do sistema-mundo. Entre eles, destacam-se: a ascensão da China e as disputas geopolíticas contemporâneas; a reconfiguração do trabalho na era digital e pós-pandêmica; a financeirização da vida cotidiana nas periferias urbanas; o papel das resistências socioambientais no Sul Global; e as articulações entre capitalismo de plataforma, colonialidade de dados e novas formas de dependência tecnológica.

A par disso, é fundamental investir em abordagens interdisciplinares e pluriépistêmicas que integrem saberes locais, indígenas e populares à crítica do sistema-mundo, permitindo a construção de alternativas mais justas e sustentáveis.

Por conseguinte, a análise do sistema-mundo permanece atual, mas demanda ampliação, revisão e diálogo com outras perspectivas críticas para continuar sendo um instrumento relevante na interpretação das dinâmicas globais contemporâneas. Seu potencial reside justamente na capacidade de articular escalas e temporalidades diversas, promovendo uma leitura crítica do presente e orientando a construção de futuros possíveis.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir. *O capitalismo no tempo da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- AMIN, Samir. *Para além do capitalismo senil: por um século XXI não-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: UNESP, 1996.

CHATTERJEE, Partha. *The Politics of the Governed: Reflections on Popular Politics in Most of the World*. Nova York: Columbia University Press, 2004.

FEDERICI, Silvia. *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*. Nova York: Autonomedia, 2004.

HARVEY, David. *The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism*. Oxford ; Nova York: Oxford University Press, 2010.

MASSEY, Doreen. *For Space*. Londres: Sage Publications, 2005.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. Londres: Verso, 2015.

SILVER, Beverly J. *Forças de trabalho: movimentos operários e globalização desde 1870*. **São Paulo: Boitempo, 2005.**

WALLERSTEIN, Immanuel. *Análise do sistema-mundo: uma introdução*. **São Paulo: Paz e Terra, 2001.**

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Lisboa: Centelha, 1979.

2

INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTISMO: reflexões

INTRODUCTION TO DEVELOPMENTALISM: reflections



Resumo

Este artigo apresenta uma introdução ao desenvolvimentismo, explorando suas origens históricas, fundamentos teóricos, correntes contemporâneas e reflexões críticas e epistemológicas. O objetivo é proporcionar uma visão abrangente e atualizada sobre o tema, destacando a complexidade e a diversidade das abordagens relacionadas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental. Inicialmente, traça-se um panorama histórico que contextualiza o surgimento do desenvolvimentismo no pós-guerra, enfatizando suas principais características e desafios. Em seguida, são discutidos os fundamentos teóricos que sustentam essa perspectiva, bem como as releituras contemporâneas que incorporam novas visões críticas e plurais, superando limitações das teorias tradicionais. Por fim, o artigo apresenta reflexões críticas e epistemológicas que questionam pressupostos e ampliam a compreensão sobre o desenvolvimento, destacando a importância da justiça social, da sustentabilidade e da diversidade cultural. Os debates indicam que o desenvolvimentismo deve ser repensado à luz dos desafios globais atuais, buscando modelos mais inclusivos e sustentáveis para o século XXI. A análise contribui para a compreensão crítica do conceito, apontando caminhos para futuras pesquisas e práticas no campo do desenvolvimento.

Palavras-chave: desenvolvimentismo; desenvolvimento econômico; sustentabilidade; epistemologia; justiça social.

Abstract

This article provides an introduction to developmentalism, exploring its historical origins, theoretical foundations, contemporary currents, and critical and epistemological reflections. The aim is to offer a comprehensive and updated view of the topic, highlighting the complexity and diversity of approaches related to economic, social, and environmental development. Initially, a historical overview contextualizes the emergence of developmentalism in the post-war period, emphasizing its main characteristics and challenges. Then, the theoretical foundations supporting this perspective are discussed, along with contemporary reinterpretations that incorporate new critical and plural views, overcoming limitations of traditional theories. Finally, the article presents critical and epistemological reflections that question assumptions and broaden the understanding of development, emphasizing the importance of social justice, sustainability, and cultural diversity. The debates indicate that developmentalism must be rethought in light of current global challenges, seeking more inclusive and sustainable models for the 21st century. The analysis contributes to a critical understanding of the concept, pointing to directions for future research and practices in the field of development.

Keywords: developmentalism; economic development; sustainability; epistemology; social justice

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, o debate em torno das estratégias de crescimento econômico e de transformação estrutural nos países periféricos ganhou centralidade na agenda acadêmica e política. Nesse contexto, o desenvolvimentismo emergiu como uma das principais correntes teóricas e políticas voltadas à superação do subdesenvolvimento, com destaque para sua aplicação em países da América Latina, como o Brasil.

Tal abordagem propõe um papel ativo do Estado na indução do desenvolvimento, especialmente por meio da industrialização, da proteção da economia nacional e da implementação de políticas públicas voltadas ao progresso econômico e social. Trata-se de uma proposta que contrasta com visões mais liberais, baseadas na mínima intervenção estatal e na crença na autorregulação dos mercados.

O desenvolvimentismo ganhou corpo principalmente no período do pós-Segunda Guerra Mundial, em um cenário de reconstrução econômica global e de ascensão das teorias keynesianas. Com o colapso do liberalismo clássico e a constatação das limitações das economias periféricas em se inserir de forma autônoma e soberana no mercado mundial, intelectuais latino-americanos e formuladores de políticas públicas passaram a buscar alternativas de desenvolvimento que considerassem as especificidades históricas, sociais e econômicas de seus países.

Nesse contexto, autores como Raúl Prebisch, Celso Furtado e instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foram fundamentais para a formulação e difusão das ideias desenvolvimentistas.

No Brasil, o pensamento desenvolvimentista se consolidou entre as décadas de 1950 e 1970, com governos que adotaram políticas de substituição de importações, incentivo à industrialização pesada e construção de infraestrutura nacional. Tais estratégias foram vistas como formas de romper com a dependência econômica e com a condição de exportadores de matérias-primas.

No entanto, o modelo também enfrentou críticas e crises, sobretudo a partir da década de 1980, com o esgotamento da dívida externa, a crise fiscal do Estado e a ascensão do neoliberalismo como paradigma dominante no cenário global.

Conquanto os seus altos e baixos, o desenvolvimentismo continua sendo objeto de reflexão e releitura, sobretudo em contextos de crise econômica, desigualdade social acentuada e desindustrialização precoce em países emergentes. À guisa de exemplo, o novo desenvolvimentismo busca atualizar os fundamentos clássicos da teoria à luz dos desafios do século XXI, como a globalização financeira, a transição ecológica e a emergência de novas tecnologias. Com isso, o debate permanece vivo e relevante, não apenas como memória histórica, mas como referencial teórico e político para pensar alternativas ao modelo liberal predominante.

Neste artigo, propõe-se uma reflexão teórica introdutória sobre o desenvolvimentismo, com foco em sua origem, evolução, fundamentos e principais debates contemporâneos. O objetivo é apresentar uma visão panorâmica e crítica sobre os principais aportes do pensamento desenvolvimentista, suas influências teóricas e os desdobramentos que teve ao longo das décadas. A abordagem adotada é de caráter qualitativo, baseada em revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos da área da economia política do desenvolvimento.

Ademais disso, pretende-se problematizar os limites e potencialidades do desenvolvimentismo como modelo explicativo e prescritivo para países em desenvolvimento, considerando suas implicações políticas, econômicas e sociais. Para tanto, o artigo parte da hipótese de que, embora o desenvolvimentismo tenha sofrido críticas e reformulações ao longo do tempo, ele continua oferecendo instrumentos analíticos importantes para compreender as dinâmicas de subdesenvolvimento e dependência estrutural que ainda marcam muitas economias periféricas.

A importância deste estudo reside na necessidade de retomar criticamente o debate sobre o desenvolvimento em um contexto de profundas transformações geopolíticas e socioeconômicas globais. Em tempos de incertezas econômicas, avanço do pensamento ultraliberal e aumento das desigualdades sociais, revisitar as ideias desenvolvimentistas pode contribuir para o resgate de um projeto nacional que valorize o crescimento com equidade, soberania econômica e inclusão social.

Ademais disso, a compreensão dos fundamentos teóricos do desenvolvimentismo pode ampliar o repertório crítico dos pesquisadores, estudantes e formuladores de políticas públicas interessados em alternativas aos modelos hegemônicos de desenvolvimento.

A estrutura do presente artigo está organizada da seguinte forma: após esta introdução, será apresentado um panorama histórico do desenvolvimentismo, seguido da exposição de seus fundamentos teóricos centrais. Em seguida, discutir-se-ão as principais correntes contemporâneas que dialogam com o pensamento desenvolvimentista, bem como as críticas e reflexões epistemológicas sobre o tema.

Por último, serão tecidas considerações finais com base nas análises realizadas, apontando para possíveis caminhos de aprofundamento da discussão em futuras pesquisas.

PANORAMA HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTISMO

O desenvolvimentismo emerge como uma corrente teórica e prática no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, quando os países do chamado “terceiro mundo” buscaram alternativas para superar a dependência econômica e estrutu-

ral em relação aos países industrializados.

A gênese do pensamento desenvolvimentista está fortemente associada ao papel ativo do Estado no processo de transformação econômica, em contraposição ao liberalismo econômico clássico, que preconizava a mínima intervenção estatal. Esse paradigma ganhou força principalmente na América Latina, onde a conjuntura histórica evidenciava um padrão de desenvolvimento desigual e dependente.

Um dos marcos iniciais do desenvolvimentismo jaz na obra de Raúl Prebisch, economista argentino que atuou como secretário executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Em seus estudos na década de 1950, Prebisch identificou a deterioração dos termos de troca entre países exportadores de matérias-primas (periferia) e países industrializados (centro), evidenciando uma relação estruturalmente desigual no comércio internacional (Prebisch, 1950).

Essa análise fundamentou a tese de que a substituição de importações, via industrialização dirigida pelo Estado, seria essencial para romper o ciclo de dependência e promover o desenvolvimento autônomo dos países periféricos.

No Brasil, o pensamento desenvolvimentista consolidou-se a partir da década de 1950, com o governo de Getúlio Vargas e, posteriormente, com Juscelino Kubitschek, que implementaram políticas focadas na industrialização acelerada e na expansão da infraestrutura econômica. Celso Furtado, um dos principais intelectuais brasileiros do desenvolvimentismo, destacou a importância da superação do atraso estrutural e da mobilização dos recursos internos para viabilizar um projeto de desenvolvimento nacional (Furtado, 1963). Sua obra “Formação Econômica do Brasil” é referência obrigatória para a compreensão da especificidade histórica do subdesenvolvimento brasileiro, abordando a concentração de renda, a estrutura agrária e a inserção subordinada do país na economia mundial.

Na década de 1960, o modelo desenvolvimentista alcançou seu auge na América Latina, com a implementação da política de substituição de importações (ISI). Esse modelo buscava reduzir a dependência externa através da proteção da indústria nacional, por meio de barreiras tarifárias, incentivos fiscais e controle do crédito estatal. A estratégia gerou crescimento econômico significativo, conhecido como “milagre econômico” em alguns países, mas também intensificou problemas como a concentração de renda, o aumento da dívida externa e a dependência tecnológica (Kurz, 1973).

Entretanto, a partir dos anos 1980, o paradigma desenvolvimentista começou a ser contestado em razão das crises econômicas que afetaram os países latino-americanos. A chamada “década perdida” foi marcada por elevada inflação, recessão econômica e forte pressão das instituições financeiras internacionais para adoção de políticas neoliberais. As reformas estruturais preconizadas pelo Consenso

de Washington (livre comércio, abertura financeira e redução do papel do Estado) colocaram em xeque o modelo desenvolvimentista, que passou a ser criticado por sua suposta ineficiência e pelo desequilíbrio fiscal gerado pela forte intervenção estatal (Watanabe, 2002).

Isto posto, o desenvolvimentismo não foi totalmente abandonado. Nos anos 2000, com a retomada do crescimento econômico em países emergentes, houve um ressurgimento do interesse em abordagens desenvolvimentistas atualizadas, denominadas de “novo desenvolvimentismo” ou “desenvolvimentismo contemporâneo”. Alguns autores, como Luiz Carlos Bresser-Pereira, defendem uma reinterpretação do papel do Estado no desenvolvimento, que combine disciplina fiscal, desenvolvimento tecnológico e justiça social (Bresser-Pereira, 2009). Essa corrente propõe um equilíbrio entre mercado e Estado, reconhecendo a complexidade dos processos econômicos e sociais contemporâneos.

A par disso, o novo desenvolvimentismo dialoga com questões emergentes, como sustentabilidade ambiental, inclusão social e inovação tecnológica, buscando integrar o desenvolvimento econômico a uma agenda mais ampla de justiça e equidade. O debate contemporâneo amplia o foco original do desenvolvimentismo, incorporando as lições da crise financeira global de 2008 e os desafios impostos pela globalização e pelas mudanças climáticas (Singer, 2010).

Contudo, Singer (2010) também observa que o desenvolvimentismo tem uma trajetória marcada por transformações profundas, que refletem as condições históricas e políticas de cada momento. Desde sua origem na crítica à dependência e na proposta de industrialização autônoma, passando pelas políticas de substituição de importações, até as releituras atuais, essa corrente teórica mantém relevância para a compreensão dos desafios do desenvolvimento nos países periféricos.

Por conseguinte, procede afirmar que o desenvolvimentismo constitui um arcabouço fundamental para análises econômicas, políticas e sociais na América Latina e no Brasil, permanecendo como referência tanto para estudos acadêmicos quanto para formulação de políticas públicas.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTISMO

O desenvolvimentismo, enquanto corrente epistêmica e práxis voltada para a transformação estrutural das economias periféricas, está fundamentado em uma série de conceitos que buscam explicar as causas do subdesenvolvimento e apontar caminhos para sua superação. Entre seus pilares centrais destacam-se a crítica à dependência econômica, o papel estratégico do Estado, a industrialização como motor do desenvolvimento e a necessidade de planejamento econômico integrado.

Um dos fundamentos mais importantes do desenvolvimentismo é a teoria da dependência estrutural, que descreve a relação desigual entre países centrais (desenvolvidos) e periféricos (subdesenvolvidos ou em desenvolvimento). A partir dos estudos de Raúl Prebisch e da CEPAL, observou-se que os países exportadores de bens primários sofrem uma perda contínua do valor relativo de suas exportações, em comparação com os produtos industrializados dos países desenvolvidos.

Isso gera uma deterioração dos termos de troca, que impede o acúmulo de capital necessário para o desenvolvimento autônomo das economias periféricas (Prebisch, 1950; Furtado, 1963). Essa visão rompe com a ideia liberal de que o comércio internacional seria uma via de crescimento universal, destacando a existência de mecanismos estruturais que perpetuam a desigualdade.

A partir dessa análise, o desenvolvimentismo defende que a industrialização é essencial para romper a dependência da exportação de matérias-primas e para promover a diversificação econômica. Nesse sentido, a substituição de importações (ISI) surge como uma política central: por meio da proteção temporária da indústria nacional, o Estado incentiva a produção local de bens anteriormente importados, reduzindo vulnerabilidades externas e fomentando o desenvolvimento interno (Kurz, 1973).

A industrialização é vista não apenas como um processo econômico, mas como um agente de transformação social, capaz de gerar emprego, elevar a renda e promover a urbanização.

Outro pilar do desenvolvimentismo é o papel estratégico do Estado na economia. Diferentemente do liberalismo clássico, que prega a mínima intervenção estatal, o desenvolvimentismo sustenta que o Estado deve atuar ativamente na formulação e implementação de políticas econômicas, tais como investimentos em infraestrutura, regulação financeira, controle de câmbio e financiamento da indústria (Bresser-Pereira, 2009).

Essa “performance” estatal é necessária para superar falhas de mercado, corrigir desigualdades regionais e sociais e garantir o planejamento integrado do desenvolvimento econômico.

Ademais disso, o desenvolvimentismo enfatiza a importância do planejamento econômico de longo prazo. A visão desenvolvimentista não se limita a soluções conjunturais ou de curto prazo, mas propõe a construção de um projeto nacional que articule políticas industriais, sociais e macroeconômicas para garantir o crescimento sustentável. Furtado (1963) ressaltava que o planejamento deveria contemplar não apenas o aumento da produção, mas a reestruturação das condições sociais que limitam o desenvolvimento, como a concentração de renda e a precariedade da infraestrutura básica.

O aspecto social é outro componente fundamental do pensamento desenvolvimentista. Ao reconhecer que o desenvolvimento não pode ser apenas quantitativo, mas deve incluir a redução das desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida, a teoria desenvolvimentista busca integrar políticas sociais, educacionais e de saúde ao projeto de crescimento econômico (Singer, 2010). Essa visão dialoga com as discussões contemporâneas sobre desenvolvimento humano e sustentabilidade, ampliando a concepção tradicional que focava exclusivamente em indicadores econômicos.

Contemporaneamente, o desenvolvimentismo tem incorporado novas perspectivas, como a integração entre inovação tecnológica e desenvolvimento sustentável. Bresser-Pereira (2009) destaca que o Estado deve fomentar a capacidade inovadora da economia, promovendo o desenvolvimento tecnológico doméstico e a capacitação da força de trabalho, essenciais para a competitividade internacional dos países emergentes. Essa orientação inclui também a preocupação com a sustentabilidade ambiental, que passa a ser um componente indissociável da agenda desenvolvimentista atual.

Conquanto os contributos epistêmicos, o desenvolvimentismo também enfrenta críticas. Alguns autores apontam para a dependência excessiva do Estado e a burocratização das políticas públicas, que podem levar a ineficiências e corrupção. Outros ressaltam que a proteção da indústria nacional pode incentivar a ineficiência produtiva e o atraso tecnológico se não houver uma abertura gradual e planejada para a concorrência externa (Watanabe, 2002). Essas críticas impulsionam os debates contemporâneos que buscam conciliar o papel do Estado com as exigências do mercado globalizado, sem perder de vista a justiça social.

Watanabe (2002) afirma que os fundamentos teóricos do desenvolvimentismo representam uma contribuição importante para a compreensão dos processos de crescimento econômico e transformação social nos países periféricos, pois a partir da análise da dependência estrutural, do papel ativo do Estado, da centralidade da industrialização e da inclusão social, o desenvolvimentismo oferece um arcabouço teórico robusto para pensar estratégias alternativas ao modelo neoliberal. Essa base teórica continua sendo objeto de revisões e atualizações, com o intuito de adaptar-se aos novos desafios do desenvolvimento global.

CORRENTES E RELEITURAS CONTEMPORÂNEAS

Nas últimas décadas, o desenvolvimentismo tem passado por profundas transformações e reinterpretações, impulsionadas pelas mudanças econômicas, políticas e sociais globais. O impacto da globalização, das crises financeiras, da emergência das preocupações ambientais e das novas dinâmicas tecnológicas exi-

giram uma atualização das ideias desenvolvimentistas clássicas, dando origem a diversas correntes e releituras contemporâneas que buscam combinar o papel do Estado com as demandas de um mercado mundial mais complexo e interconectado.

Um dos principais vetores dessas releituras contemporâneas está no campo do chamado “novo desenvolvimentismo”, termo popularizado por autores como Luiz Carlos Bresser-Pereira, José Luís Oreiro e Nelson Marconi. Essa corrente mantém a defesa do papel ativo do Estado, mas enfatiza a necessidade de uma gestão macroeconômica responsável, com equilíbrio fiscal e controle da inflação, combinada com políticas industriais inovadoras e inclusão social (Bresser-Pereira; Oreiro; Marconi, 2014). O novo desenvolvimentismo destaca que o Estado deve atuar como indutor do crescimento, mas de forma disciplinada, evitando o descontrole das contas públicas que compromete a sustentabilidade do desenvolvimento.

Essa perspectiva, entretanto, reconhece que o ambiente internacional exige maior abertura econômica, porém não como uma liberalização irrestrita, mas como um processo regulado, que proteja setores estratégicos e estimule a competitividade doméstica. Isso se diferencia das políticas de substituição de importações rígidas da época clássica, propondo uma inserção seletiva e dinâmica na economia global (BAER, 2007). Essa ideia se alinha às reflexões de Amsden (1989), que destacou a importância dos “*late industrializers*” – países que industrializaram tardiamente, como Coreia do Sul e Taiwan – e da atuação governamental estratégica na promoção da inovação e no apoio a setores industriais específicos para alcançar a competitividade internacional.

Outra releitura relevante é o desenvolvimentismo institucionalista, que enfatiza a importância das instituições econômicas, políticas e sociais para a promoção do desenvolvimento sustentável. Chang (2007) argumenta que o desenvolvimento depende não apenas de políticas econômicas, mas da construção e fortalecimento de instituições que regulem os mercados, promovam a inclusão social e garantam a governança democrática.

Essa abordagem dialoga com as críticas liberais e neoclássicas, propondo que o Estado não apenas interveja, mas crie um ambiente institucional favorável para que o setor privado possa atuar de maneira produtiva e socialmente responsável.

A questão ambiental também assume um papel central nas releituras contemporâneas do desenvolvimentismo. Diferentemente dos modelos tradicionais que priorizavam o crescimento econômico acima de tudo, o desenvolvimentismo sustentável busca integrar o crescimento econômico com a preservação ambiental e a justiça social. Veiga (2000) e Sachs (2007) defendem a ideia de que o desenvolvimento não pode ser dissociado da sustentabilidade, especialmente diante dos desafios globais impostos pelas mudanças climáticas e pela degradação dos recur-

sos naturais.

Esta corrente propõe que as políticas desenvolvimentistas incorporem estratégias de economia verde, tecnologias limpas e redistribuição justa dos recursos naturais, reafirmando um compromisso ético com as futuras gerações.

Um avanço importante na discussão recente é o debate sobre o papel da inovação tecnológica e da economia digital no desenvolvimento. A integração das tecnologias digitais nas estratégias desenvolvimentistas representa um novo desafio e uma oportunidade para os países em desenvolvimento.

Mazzucato (2013) defende que o Estado deve assumir um papel de liderança na promoção da inovação, investindo em pesquisa e desenvolvimento, infraestrutura tecnológica e educação de qualidade, criando um ecossistema favorável à geração de tecnologias disruptivas e à competitividade internacional. Essa visão amplia o escopo tradicional do desenvolvimentismo, conectando-o com as novas dinâmicas da economia do conhecimento.

Ao lado disso, as discussões contemporâneas têm enfatizado a necessidade de incorporar a dimensão social e política no debate sobre desenvolvimento. A promoção da justiça social, a redução da desigualdade e o fortalecimento da participação democrática são considerados elementos centrais para garantir a sustentabilidade do processo desenvolvimentista. Sen (1999) contribui decisivamente para essa visão ao introduzir a ideia de desenvolvimento como liberdade, onde o crescimento econômico deve estar subordinado à ampliação das capacidades humanas e à garantia de direitos fundamentais. Esse enfoque ajuda a ampliar a compreensão do desenvolvimentismo para além dos aspectos estritamente econômicos, incorporando uma perspectiva multidimensional do desenvolvimento.

Por fim, a discussão sobre o desenvolvimentismo contemporâneo também aborda o impacto da geopolítica global e as mudanças na ordem econômica internacional. A emergência de blocos econômicos, a competição entre potências e as tensões comerciais impõem desafios adicionais para a formulação de políticas desenvolvimentistas eficazes. Bielschowsky (2013) destaca a necessidade de estratégias nacionais que considerem as complexidades do cenário internacional, sem perder de vista a autonomia e a capacidade de formular políticas públicas que atendam às especificidades locais. Essa abordagem ressalta a importância de políticas flexíveis e adaptativas, capazes de responder às rápidas transformações globais sem abdicar do desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Baer (2007) observa que as releituras contemporâneas do desenvolvimentismo revelam um campo teórico dinâmico, que dialoga com os desafios atuais da economia globalizada, da sustentabilidade ambiental e da justiça social, de modo que há uma combinação de elementos clássicos, como o papel do Estado e a crítica

à dependência, bem como novos conceitos como inovação tecnológica, instituições fortes e desenvolvimento sustentável, de modo que essas correntes ampliam a relevância do desenvolvimentismo para a formulação de políticas públicas e a compreensão das transformações econômicas contemporâneas.

Essa pluralidade de abordagens contribui para enriquecer o debate acadêmico e político, posicionando o desenvolvimentismo como uma alternativa viável e necessária para os países em desenvolvimento no século XXI.

REFLEXÕES CRÍTICAS E EPISTEMOLÓGICAS

As discussões sobre desenvolvimentismo não podem prescindir de uma reflexão crítica e epistemológica que problematize seus pressupostos, abordagens e limitações. O campo do desenvolvimentismo é multifacetado e marcado por tensões entre diferentes visões teóricas, que refletem posicionamentos político-ideológicos e concepções distintas sobre o papel do Estado, do mercado e da sociedade no processo de desenvolvimento. Compreender essas disputas epistemológicas é fundamental para um entendimento mais aprofundado das possibilidades e desafios que o desenvolvimentismo enfrenta na contemporaneidade.

Uma das críticas centrais ao desenvolvimentismo clássico decorre de sua visão linear e progressista do desenvolvimento, que frequentemente assumiu o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento social e humano. Autores pós-desenvolvimentistas, como Esteva (2010) e Escobar (1995), problematizam essa visão, afirmando que o modelo desenvolvimentista ocidental é permeado por uma lógica hegemônica que universaliza valores e práticas econômicas sem considerar as especificidades culturais e históricas dos países do Sul Global.

Para esses autores, o desenvolvimento tem sido, muitas vezes, uma forma de imposição cultural que desconsidera os modos de vida locais, contribuindo para processos de exclusão e marginalização.

Do ponto de vista epistemológico, essas críticas se apoiam nas correntes do pós-colonialismo e da epistemologia do Sul, que questionam o monopólio do conhecimento produzido pelas ciências sociais tradicionais, geralmente oriundas do Norte Global. Santos (2009) destaca a necessidade de uma “ecologia de saberes”, na qual diferentes formas de conhecimento, inclusive aquelas produzidas por povos indígenas e comunidades tradicionais, possam dialogar e enriquecer as concepções sobre desenvolvimento.

Essa perspectiva epistemológica implica um deslocamento da centralidade eurocêntrica, abrindo espaço para pluralismos e para o reconhecimento da diversidade cultural e epistemológica no debate desenvolvimentista.

Outra reflexão crítica importante refere-se à relação entre desenvolvimento e desigualdade. Embora o desenvolvimentismo tenha buscado, em sua origem, a redução das desigualdades por meio da industrialização e da geração de empregos, as evidências empíricas têm mostrado que o crescimento econômico não é garantia automática de justiça social. Piketty (2014) aponta que a concentração de renda e riqueza tende a aumentar nas fases iniciais do desenvolvimento capitalista, a menos que sejam implementadas políticas públicas efetivas de redistribuição.

Isso destaca a necessidade de incorporar as dimensões distributivas e sociais nas estratégias desenvolvimentistas, evitando o crescimento excludente que perpetua a pobreza e a vulnerabilidade.

Outrossim, a epistemologia crítica tem reforçado a importância da historicidade e do contexto específico dos processos de desenvolvimento. O materialismo histórico, por exemplo, fornece uma abordagem que entende o desenvolvimento não como um fenômeno neutro ou universal, mas como resultado de relações sociais de produção, conflitos de classe e dinâmicas políticas específicas (Marx, 1978). Essa visão crítica contribui para desmontar mitos do desenvolvimentismo que ocultam as contradições estruturais do capitalismo e seus efeitos sobre as populações subalternas.

Ademais, a reflexão epistemológica contemporânea ressalta a necessidade de repensar as métricas e indicadores utilizados para medir o desenvolvimento. As críticas ao uso exclusivo do Produto Interno Bruto (PIB) como indicador central do progresso econômico têm impulsionado a busca por medidas alternativas que incorporem dimensões ambientais, sociais e culturais.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), representa um avanço nesse sentido, ao considerar indicadores de saúde, educação e renda (UNDP, 1990). No entanto, mesmo essas medidas são objeto de debates e aperfeiçoamentos contínuos, sinalizando a complexidade da avaliação do desenvolvimento.

Finalmente, a crise ambiental global impõe uma revisão epistemológica urgente no campo do desenvolvimentismo. A emergência das mudanças climáticas, da perda da biodiversidade e da escassez de recursos naturais desafia o paradigma do crescimento infinito e aponta para a necessidade de um desenvolvimento que respeite os limites ecológicos do planeta. Nesse sentido, as epistemologias feministas e ecofeministas oferecem contribuições relevantes ao destacar a interconexão entre opressões sociais, econômicas e ambientais, propondo uma visão mais integrada e ética do desenvolvimento (Mellor, 1997; Haraway, 2016).

Ademais, as reflexões críticas e epistemológicas sobre o desenvolvimentismo ampliam o debate para além da economia estrita, introduzindo questões culturais,

sociais e ambientais que colocam em xeque as abordagens tradicionais. Elas apontam para a necessidade de uma visão plural, contextualizada e ética do desenvolvimento, que reconheça a diversidade dos processos sociais e o papel central das relações de poder. Essa dimensão crítica é imprescindível para que o desenvolvimentismo possa ser repensado de forma mais inclusiva e sustentável, dialogando com os desafios contemporâneos do século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou oferecer uma introdução abrangente ao desenvolvimentismo, explorando suas raízes históricas, fundamentos teóricos, correntes contemporâneas e as reflexões críticas e epistemológicas que cercam essa abordagem. A análise demonstrou que o desenvolvimentismo, enquanto paradigma, é marcado por uma complexidade intrínseca, refletindo não apenas dimensões econômicas, mas também sociais, culturais e ambientais. Essa multifacetada compreensão é essencial para captar as potencialidades e os limites das estratégias desenvolvimentistas, especialmente diante dos desafios do século XXI.

Ao revisitar o panorama histórico, evidenciou-se que as origens do desenvolvimentismo estão vinculadas aos esforços de modernização e industrialização, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, quando países periféricos buscaram superar o subdesenvolvimento por meio de políticas públicas centradas no crescimento econômico.

Entretanto, a evolução das teorias do desenvolvimento revelou que o crescimento econômico, isoladamente, não garante avanços sociais amplos, e que é fundamental integrar aspectos distributivos e culturais para que o desenvolvimento seja realmente inclusivo e sustentável.

No que tange aos fundamentos teóricos e às releituras contemporâneas, foi possível constatar a diversidade de abordagens que enriquecem o campo do desenvolvimentismo, incluindo perspectivas críticas que questionam o eurocentrismo e promovem uma maior valorização dos saberes locais e das especificidades históricas.

Autores contemporâneos reforçam a importância de repensar o desenvolvimento a partir de um diálogo plural e aberto, que acolha as demandas ambientais e sociais, ampliando o conceito para além do mero crescimento econômico.

As reflexões críticas e epistemológicas apresentadas destacaram os desafios atuais do desenvolvimentismo, sobretudo no que diz respeito à justiça social, à equidade e à sustentabilidade ambiental. A crise ecológica global impõe a necessidade de uma transformação profunda nos modelos de desenvolvimento, ressigni-

ficando as prioridades e as estratégias adotadas.

Nesse contexto, torna-se imprescindível a incorporação de abordagens transdisciplinares que promovam a integração entre o econômico, o social e o ambiental, rompendo com paradigmas tradicionais e estabelecendo novos horizontes para o desenvolvimento.

Em epítome, a trajetória do desenvolvimentismo revela que seu devir dependerá da capacidade de adaptação às novas realidades e demandas globais, bem como do compromisso com a pluralidade epistemológica e a justiça socioambiental. Urge fomentar uma agenda desenvolvimentista que não apenas priorize o crescimento, mas que também valorize a diversidade cultural, respeite os limites naturais do planeta e promova a inclusão social.

Por final, o desenvolvimentismo pode contribuir efetivamente para a construção de sociedades mais justas, sustentáveis e resilientes.

REFERÊNCIAS

AMSEN, Alice H. *Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization*. New York: Oxford University Press, 1989.

BAER, Werner. *The Brazilian Economy: Growth and Development*. 6th ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Desenvolvimento Econômico e Política Internacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e globalização: uma nova agenda para o Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; OREIRO, José Luís; MARCONI, Nelson. *O novo desenvolvimentismo brasileiro: pragmatismo e debates contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

CHANG, Ha-Joon. *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. London: Anthem Press, 2007.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESTEVA, Gustavo. Development. In: ESCobar, Arturo; WATTS, Michael (org.). *Liberation Ecologies: Environment, Development, Social Movements*. London: Routledge, 2010.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 21. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

HARAWAY, Donna. *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press, 2016.

- KURZ, Heinz Dieter. *O desafio do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo, 1978.
- MAZZUCATO, Mariana. *The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths*. New York: Anthem Press, 2013.
- MELLOR, Mary. *Feminism and Ecology*. Cambridge: Polity Press, 1997.
- PIKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- PREBISCH, Raúl. *The economic development of Latin America and its principal problems*. Santiago: ECLAC, 1950.
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Nobel, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*. Boulder: Paradigm Publishers, 2009.
- SEN, Amartya. *Development as Freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 1999.
- SINGER, André. *A reinvenção do desenvolvimentismo: uma agenda para o Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- UNDP – United Nations Development Programme. *Human Development Report 1990*. New York: Oxford University Press, 1990.
- VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento sustentável: um debate necessário*. São Paulo: Edusp, 2000.
- WATANABE, Élio Gaspari. *A era do neoliberalismo: políticas econômicas e seus efeitos na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2002.

3

ECONOMIA DA EDUCAÇÃO: O PAPEL DA ESCOLARIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

*ECONOMICS OF EDUCATION: THE ROLE OF SCHOOLING IN ECONOMIC
DEVELOPMENT*



Resumo

Atualmente, configura-se consenso quanto à relação direta entre educação e desenvolvimento econômico, ou seja, entre o enriquecimento das nações e seu grau escolar, entre o progresso econômico e a capacidade criadora e transformadora de seu povo. Neste sentido, a política educacional está relacionada diretamente com o contexto e a organização política de cada sociedade, e o seu perfil depende em grande parte desse aspecto da sociedade em que ela se processa. A política educacional deve assegurar o direito à educação para todos os cidadãos. Junto a outras políticas sociais asseguradoras de seus respectivos direitos, ela tem por fim proporcionar condições mais igualitárias de vida, proporcionando oportunidades iguais de existência para todos. Pode-se dizer que o financiamento da educação básica se refere aos usos e controle da aplicação dos recursos financeiros no grau da educação escolar brasileira que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Assim, o papel que a educação pode desempenhar no desenvolvimento econômico é mais evidente em relação com a formação de mão-de-obra profissional e técnica, mas também é importante sua influência sobre a inversão tecnológica, a difusão de inovações, a aptidão empresarial, os padrões de consumo, a propensão à poupança, a adaptabilidade a mudanças econômicas e a participação ativa dos distintos setores sociais nas tarefas do desenvolvimento. Por conseguinte, faz-se mister a configuração epistemológica plena da disciplina Economia da Educação.

Palavras-chave: Economia da educação. Política educacional. Desenvolvimento econômico.

Abstract

Nowadays, there is an agreement concerning the direct relationship between education and the economic development, that is, between the enrichment of nations and its schooling degree, between the economic progress, the creative and changing competence of its people. Therefore, the organization policy is directly related to the background and the political organization of each society and its profile depends on a great extent of this aspect concerning the society in which takes place. The educational policy must ensure the right to education to all citizens. Along with other social policies in which provide the following rights, it aims to provide more equal conditions of life, as means to grant equal opportunities to all. It is known that the financial of basic education refers to use and control of application of financial resources in a degree of Brazilian education that comprises primary, secondary and high school. Thus, the role education can play in the economic development is more evident compared with the formation of labor, both professional and technical, although its influence on technology inversion, innovation diffusion, business aptitude, consumption patterns, savings propensity, adaptability to economic mutations and the active participation of the

wide social sectors in the development tasks. Consequently, it is imperative that the epistemological setup happens at the Economics of Education subject.

Keywords: Economics of Education, Educational policy, Economic development.

INTRODUÇÃO

A educação visa ao alcance de um conjunto de normas éticas e morais. Destarte, a grande importância dos ensinamentos de normas, éticas e morais, está no fato de que elas constituem princípios básicos da vida social, sem os quais a sociedade se autodestrói através dos tempos, podendo redundar após duas ou três gerações, na cristalização de causas inarredáveis, de patologia social, tais como violência, prevaricação, delinquência, irresponsabilidade e horrores sociais.

É indiscutível a importância da educação para o progresso de uma nação, seja ela desenvolvida ou esteja em vias de desenvolvimento. Economistas, sociólogos e outros intelectuais, a par de agentes políticos, com unanimidade professam tal ponto de vista, quer como utilização eficaz dos recursos humanos, quer como inversão de capital com rendimentos passíveis até de mensuração.

Todavia, malgrado a conscientização geral, estão ainda no início os estudos a respeito das funções da educação no desenvolvimento ou do papel da educação na transformação das estruturas econômicas e sociais, no estímulo ao avanço tecnológico ou na sua atuação como investimento.

Em epítome, urge estudos sobre a Economia da Educação, com ênfase na política e no financiamento educacional para o desenvolvimento econômico.

ECONOMIA DA EDUCAÇÃO

A educação se inscreve entre as necessidades vitais da sociedade democrática, por constituir o único meio legítimo de participação de todos em tudo.

Por conseguinte, os problemas da Economia da Educação ou da aplicação da análise econômica para a escolarização estão ainda para ser devidamente equacionados, embora vários economistas hajam manifestado interesse pelos problemas educacionais. Apenas recentemente é que alguns autores começaram a pesquisar assuntos tais como produtividade e lucros da educação, indicadores quantitativos do desenvolvimento do capital humano e outros.

Na época atual, os economistas vêm acentuando a relação direta entre educação e desenvolvimento econômico, ou seja, entre o enriquecimento das nações e

seu capital humano, entre o progresso econômico e a capacidade criadora e transformadora de seu povo.

O interesse dos economistas pela análise da relação entre educação e desenvolvimento foi recentemente estimulado pelo estudo de alguns exemplos de rápido desenvolvimento de países pobres em recursos naturais, mas ricos em recursos humanos, isto é, com elevado nível educacional.

Segundo Pinho (1976) vários educadores brasileiros vêm, há anos, instituindo a necessidade de maior entrosamento entre a educação e a economia, pois reconhecem a importância da contribuição da ciência econômica na análise dos problemas educacionais e por terem consciência dos ligamentos existentes entre a educação e a economia, bem como da importância da valorização do homem pela educação.

Recentemente, alguns economistas começaram a se dedicar especialmente ao estudo da aplicação da análise econômica à educação para medir a importância do capital humano no desenvolvimento, os lucros da educação a curto, a médio e em longo prazo, sua produtividade, as despesas com a educação, as finanças do sistema educacional, a contabilidade da educação, entre outros.

É, principalmente, na época atual que a problemática econômica da educação polariza a atenção de grande número de economistas, tendo em vista não apenas a urgente necessidade de se medir a contribuição dos recursos humanos nas políticas de desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, a necessidade de se integrar o planejamento educacional no contexto dos planos de desenvolvimento global e harmonioso das nações.

POLÍTICA EDUCACIONAL

A política educacional é um processo que só existe quando a educação assume um modo organizado, sequencial, ditado e definido de acordo com os interesses e as finalidades que se tem em relação aos aprendizes envolvidos no processo.

A educação, diferentemente da política educacional, pode existir livre e entre todos, com uma das maneiras que as pessoas encontraram para tornar comum o saber, externando naturalmente as suas crenças. A política educacional, por sua vez, pressupõe organização, seletividade e criteriosidade sobre o que será ou não transmitido.

Para Martins (1993) a política educacional age sobre a educação, mas não tem, como pode parecer num primeiro momento, o domínio sobre ela. Ao contrário, é a própria educação que pode atuar e interferir na política educacional.

Destarte, a política educacional é um dos instrumentos para se projetar a formação dos tipos de pessoas de que uma sociedade necessita. Ao contrário da edu-

cação, que ajuda a pensar tipos de mulheres e homens, a política educacional ajuda a fazer esses tipos, definindo a forma e o conteúdo do saber que vai ser passado de pessoa a pessoa para contribuir e legitimar seu mundo, e visando, com isso, garantir a sobrevivência dos vários tipos de sociedade.

Isso quer dizer que a política educacional é carregada de intenções, e são exatamente as intenções o que há de comum em todos os tipos de política educacional.

Aprendendo a ler as finalidades de uma política educacional, a pessoa se torna capaz de perceber que tipo de gente a sociedade está querendo, qual o projeto de ser humano que nela prevalece.

A política educacional não retira a força criadora da educação, apenas a canaliza para fins específicos, embora possa também fragilizar o processo pedagógico, impossibilitando uma ação criadora e reflexiva (MARTINS, 1993).

É possível que muitas políticas educacionais, na teoria, tenham como objetivo transformar, através da educação, os indivíduos e a sociedade em algo melhor. Todavia, ao se concretizarem, ao se materializarem, elas podem desencadear um processo que não é ensino, mas sim deseducação.

A política educacional, muito mais que um rol de metas e planos setoriais, é um processo complexo que não se esgota em programas de governo, mas está presente e atua na subjetividade humana.

Ao tratar da educação, que deve ser transmitida de geração a geração, a política educacional está interferindo no corpo de regras sociais constituintes da moralidade de um grupo, podendo incluir ou excluir valores, e acaba delimitando, assim, o próprio processo de formação subjetiva do ser humano, que envolve os sentimentos e as disposições emocionais que vão regular a sua conduta.

Conquanto não estar em todos os lugares onde está a educação, a política educacional também não está apenas no sistema escolar padronizado, pois ultrapassam os seus limites.

A política educacional se vincula à burocracia do sistema de ensino quando está voltada para a expansão escolar, pois geralmente a opinião que prevalece em políticas tecnocráticas de ensino público é que mais espaço, mais alunos e mais professores exigem mais organização burocrática e mais pessoal de apoio técnico e administrativo.

De acordo com Martins (1993) a política que consegue manter um sistema educacional fundamentado na lei consegue muitas vezes, na realidade, manter um sistema burocratizado, no qual se crê ser preciso controlar aqueles que controlam.

Daí porque com esse tipo de política educacional a hierarquia do sistema escolar está sendo sempre ampliada e acaba geralmente se transformando em um

fim em si mesma, mantendo um conservadorismo burocrático, no qual toda crítica é considerada sinal de oposição, ofensa pessoal à autoridade imediata.

Por conseguinte, a política educacional tecnocrática estimula, de certa forma, a existência dessa repressão à crítica e à ação criativa no sistema escolar. Em contrapartida, isso pode provocar uma crescente indiferença das bases da educação e gerar um número cada vez maior de professores estimulados a buscar títulos e cargos a qualquer preço.

Destarte, emerge política educacional que induz os profissionais da educação à submissão política e incentiva o surgimento de professores ignorantes das finalidades da educação e de seu poder político e transformador.

Vale lembrar que não é incomum uma política educacional acabar atuando às avessas, estimulando os professores a ficarem muito mais preocupados com suas carreiras do que propriamente com as aulas que dão ou o aproveitamento e a formação de seus alunos.

Pode-se afirmar que a política de municipalização da educação se coloca como uma alternativa às características estruturais que sustentam a política educacional e permite, ao menos no nível educacional, a devolução às bases daquilo que lhes pertence numa verdadeira democracia. Ela implica um poder maior em favor dos locais onde se estabelece a autonomia do complexo escolar, o que comumente é compreendido como municipalização do ensino.

Essa política não se esgota no âmbito administrativo ou pedagógico, mas pressupõe uma reorientação do exercício do poder: o reconhecimento da maioria das comunidades municipais é muito mais que descentralização administrativa.

Ademais disso, uma verdadeira política educacional municipalizante não pode permitir que o repasse de recursos financeiros ao município seja utilizado como instrumento de coerção ideológica pelo Estado, porquanto isso desestimularia a interação entre os diversos parceiros que compõem a comunidade escolar, impediria a existência de uma gestão democrática da escola e contribuiria para que a municipalização significasse apenas mandonismo local em sintonia com o poder central.

Com isto, a política educacional municipalizante assegura recursos públicos desvinculados de posições político-partidárias e pressupõe participação, controle e comprometimento por parte da comunidade com a coisa educacional.

Essa política é democrática, porque prevê uma organização da escola que permite aos envolvidos no processo pedagógico ocupar cargos executivos ou participar de órgãos colegiados com mandatos curtos.

Uma política educacional voltada para a gestão democrática nas escolas acaba não sendo definida por um único agente, do governo ou do Estado, embora ela

seja também uma política educacional ampla, porque comporta diretrizes gerais.

O positivo nessa política é a abrangência com a qual ela pode operar paralelamente ao espaço, e a flexibilidade, que permite que as localidades operem com suas especificidades. É uma política educacional de âmbito geral, mas que também é traçada em cada município, via elaboração de um plano com a participação da população e dos educadores fixando diretrizes, prioridades e responsabilidades específicas de cada escola.

Todavia, não é decisivo para uma política educacional democratizante o fato de a responsabilidade nominal pela escolaridade obrigatória ser do município, do governo estadual ou do governo federal (MARTINS, 1993).

A política educacional está diretamente ligada ao contexto e à organização política de cada sociedade, e o seu perfil depende em grande parte desse aspecto da sociedade em que ela existe.

ECONOMIA E POLÍTICA EDUCACIONAL

A política educacional ajuda a formar tipos de seres humanos, visa assegurar a sobrevivência dos tipos de sociedade. É justamente nesse momento que a política educacional revela sua dupla face: política e econômica.

Há uma interdependência entre ambas as vertentes da política educacional. Nessa interdependência, o teor econômico pesa mais que o político.

De acordo com Martins (1993) o significado econômico da política educacional é bem mais recente que seu teor político, que só nasceu a partir da questão da igualdade social.

A política educacional é responsável por assegurar o direito à educação para todos os cidadãos. Junto a outras políticas sociais asseguradoras de seus respectivos direitos, ela tem por fim proporcionar condições mais igualitárias de vida, dando assim, ao menos em teoria, oportunidades iguais de existência para todos.

Destarte, a política educacional, que teoricamente é a responsável pela universalização do ensino, concretamente, não consegue assegurar sequer oportunidades iguais de escolarização a todos os cidadãos, quanto mais igualdade social.

Na combinação cidadania, trabalho e educação, a extensão da educação a todos se vinculou mais às necessidades econômicas e exigências do processo produtivo do que ao processo de correção das desigualdades sociais. A significação econômica da política educacional passou a prevalecer sobre seu teor político.

À medida que os países se industrializaram e suas economias passaram a ser mais complexas, novas exigências se fizeram para a instrução pública, forçando os

sistemas educacionais a atender reivindicações específicas da divisão de trabalho requerido pela economia. Assim, a organização de trabalho em qualquer sociedade influi nos objetivos das políticas educacionais e, conseqüentemente, na determinação das funções de cada nível do sistema de ensino.

Há, de fato, uma grande distância entre educação e trabalho, se for pensar que a profissionalização na escola é precária, já que não consegue acompanhar a crescente automação dos processos produtivos. A essa distância soma-se o fato de nenhuma política educacional ser o caminho para a aceleração ou o aquecimento da economia nem para o aumento das possibilidades de emprego (MARTINS, 1993).

Em última análise, na relação entre política educacional e estrutura econômica há uma eterna tensão entre duas dinâmicas: os imperativos da economia e os da democracia em todas as suas formas. E a política educacional está envolvida nos grandes conflitos inerentes, tanto à dinâmica econômica quanto à dinâmica democrática.

Curiosamente, a pesquisa educacional revela robustez em várias disciplinas, contudo manteve inércia em se tratando da Economia da Educação, verificando-se, embora, grande preocupação popular com seu papel no desenvolvimento econômico.

FINANCIAMENTO EDUCACIONAL

Conforme Sheehan (1975, p. 150), [...] o financiamento é um tópico importante e não é algo que seja estabelecido automaticamente por outras considerações de política.

É evidente que a educação é amplamente financiada pelo setor público. Além disso, o financiamento público da educação está aumentando de importância na maioria dos países.

O primeiro ponto importante que se deve notar é que o financiamento estatal deve ser diferenciado do controle ou da propriedade estatal.

As questões referentes ao financiamento da educação, independentemente da propriedade ou o controle das instituições educacionais, prestam-se à análise econômica, enquanto, por outro lado, as questões que dizem respeito à propriedade ou ao controle são em grande parte uma questão de valores políticos, sociais e religiosos.

O segundo ponto importante é que um dado compromisso financeiro por parte do Estado poderá ser cumprido de várias maneiras e, por conseguinte, terá vários efeitos.

A vinculação constitucional de impostos é provavelmente o aspecto mais importante da discussão sobre o financiamento da educação estatal (DAVIES, 2004).

Por isso, pode-se argumentar que o financiamento da educação estatal numa perspectiva democrática não deveria depender da riqueza da região, estado ou município onde o indivíduo reside, mas sim dos recursos totais do país.

O equacionamento do financiamento da educação estatal no Brasil requer o enfrentamento das desigualdades tributárias não só entre os diferentes níveis de governo e as diferentes regiões, como também entre municípios de um mesmo estado.

O financiamento da educação básica refere-se aos usos e controle da aplicação dos recursos financeiros no grau da educação escolar brasileira que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

O financiamento da educação básica pública no Brasil se dá com base em recursos procedentes das três esferas de governo. Na educação infantil, tanto o financiamento quanto a oferta são responsabilidades dos municípios.

Já a oferta e o financiamento do ensino médio competem aos estados e ao Distrito Federal. No ensino fundamental, financiamento e oferta são responsabilidades das duas esferas: a estadual e a municipal, incluindo o Distrito Federal. À União compete somente no que se refere ao financiamento, com papel supletivo e redistributivo.

Existe uma violenta vinculação entre o financiamento público da educação e a situação socioeconômica do país, ao passo que as principais fontes de recursos para a educação pública procedem da arrecadação de impostos, que é dissimulada pelo desempenho da economia.

Atualmente, o financiamento da educação pública no Brasil é realizado por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

As ações de apoio ao ensino médio fazem parte de uma mudança na maneira de financiamento da educação brasileira: a substituição do Fundef, que financia o ensino fundamental, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O novo fundo tem mais recursos e atende a todos os níveis da Educação Básica.

Entre os programas mais importantes enfatiza-se a lei de criação do Fundo da Educação Básica que tramita no Congresso Nacional. O Fundeb amplia os recursos para o financiamento da educação e compreende os ensinos infantil, fundamental, médio, especial e a educação de jovens e adultos.

A educação está intensamente ligada ao Estado e ao Poder. O diagnóstico

parte do conhecimento do local, como espaço globalizador da sociedade. O poder local e a educação básica têm uma afinidade dialética que pode ser percebida por meio do financiamento da educação municipal, política pública descentralizadora do governo central e ferramenta concentradora destas relações.

O poder local não se sintetiza no exercício dos poderes políticos e econômicos que se inter-relacionam, dividindo o governo municipal e o significado de políticas públicas.

A educação é um serviço que reflete as estruturas econômicas, sociais e políticas, considerando a ideologia do estado, com claras funções de controle e exclusão social, oferecendo serviços diferentes a partir do próprio ingresso ao sistema.

O financiamento da educação básica, com recursos da Quota-Federal, Salário-Educação, repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), aos estados e municípios, admitiu delimitar o relacionamento entre o Poder e Educação, Estado e Sociedade, e as dimensões entre privado e público, local e central.

Por conseguinte, as ações do financiamento são basicamente políticas, apontando atender a interesses privativos que permeiam a educação municipal, por sua vez, ligada ao poder social e econômico e centrado nas elites locais.

Esse assunto traduz a falta de prioridade que a educação municipal representa para o governo local, se cogita nas deficiências e qualidade do ensino público obtido, no desperdício do dinheiro público e na ausência de compromisso dos gestores públicos e da burocracia submergida, reforçando, portanto, os problemas estruturais da educação pública do país.

Pode-se dizer que o financiamento da educação de crianças e adolescentes tem de ser considerado prioridade absoluta, com destinação privilegiada de recursos. Não se estabelece uma grande nação economizando recursos na educação.

A pesquisa acerca da política de financiamento educacional tem como essência a compreensão de que é fundamental a avaliação da política pública implementada pelos diversos níveis da administração do Estado, visto que o controle e o acompanhamento da ação do Estado é parte do processo de democratização deste.

No caso do financiamento educacional, tanto a implantação do FUNDEF, quanto a determinação dominada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de integração das creches no sistema de ensino, são medidas determinadas em âmbito nacional que interferem de modo central na política municipal de educação.

Em epítome, a análise da direção do gasto público em educação tomou de maneira substantiva a relação entre política regional, local e nacional.

O problema do financiamento de instituições superiores e médias de ensino estabelece um dos maiores problemas que obstaculiza o desenvolvimento de iniciativas novas na matéria. A grande parte dos doadores que apoiam na esfera de educação, fazem comumente questão para que os custos de funcionamentos sejam cobertos pelos países beneficiários por meio de dotações orçamentais.

Infelizmente, as dificuldades orçamentais congregadas a uma fraca priorização e programação no processo de alocação de recursos inviabilizam o funcionamento das instituições de ensino de tipo superior e médio.

Partindo-se da premissa de que o financiamento educacional pelo poder público constitui-se numa consolidação de direito concedido à população, o ponto de vista a ser dado na projeção de financiamento deste Plano, vislumbra a questão da cidadania traduzida por meio da garantia da aplicação de recursos constitucionalmente eleitos, o aumento das fontes de financiamento por meio do aporte de recursos mediante celebração de parcerias e convênios e a apropriação democrática e cidadã da questão dos recursos públicos educacional pelos seus atores.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A educação para o desenvolvimento constitui uma estratégia, pois ela deve visar à formação de recursos humanos aptos a participar da dinâmica do processo econômico.

À medida que um país se desenvolve, ele passa a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da tecnologia e do trabalho qualificado. Formação profissional, tecnologia e desenvolvimento econômico-social são situações e atitudes que se integram ou ainda termos de uma equação. A educação oferece ao educando algumas opções, sejam elas em função do grau do ensino, sejam em função da escolha da especialização (BAPTISTA FILHO, 1975).

O desenvolvimento econômico global tem sido analisado sobejamente e o seu relacionamento com a formação e utilização de recursos humanos de alto nível constitui atualmente uma das grandes preocupações dos administradores e economistas.

O papel que a educação pode desempenhar no desenvolvimento econômico é mais evidente em relação à formação de mão-de-obra profissional e técnica, mas também é importante sua influência sobre a inversão tecnológica, a difusão de inovações, a aptidão empresarial, os padrões de consumo, a propensão à poupança, a adaptabilidade a mudanças econômicas e a participação ativa dos distintos setores sociais nas tarefas do desenvolvimento.

A idéia de que a educação tem um alto valor econômico não é nova, porém só

recentemente estão sendo intensificados os estudos para determinar qual deverá ser a alocação ótima de recursos à educação, a fim de incluí-la nos planos integrais de desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico pode correr grave risco tanto se não se cumprem os fins individuais e sociais do sistema educativo como se deixam de realizar os de ordem estritamente econômica.

Por sua tendência conservadora e sua estreita vinculação com a estrutura social existente, os sistemas educativos podem favorecer a perpetuação de atitudes pouco propícias ao desenvolvimento econômico (ECHEVARRÍA *et al.*, 1967).

Destarte, é evidente o alto valor econômico de escolarização eficaz para todas as crianças. Tal educação proporciona ao indivíduo as condições mínimas para participar na economia moderna como produtor e consumidor e para receber formação profissional, na escola ou no trabalho mesmo.

Os benefícios econômicos que se obtêm da educação primária universal eficaz são praticamente incalculáveis. Como constituem um melhoramento para toda a população, não podem ser avaliados tão somente pelas diferenças nos níveis de renda ou pela necessidade de contar com aptidões determinadas.

Do ponto de vista econômico, um país que inicia seus esforços de desenvolvimento com um sistema escolar rudimentar poderia conceder uma prioridade demasiado alta à expansão da educação primária em relação a outros níveis de educação.

O desenvolvimento econômico e o educacional hão de ser coerentes. O serviço educativo deve prover o país de conhecimentos técnicos e de um grau de evolução cultural que favoreça o crescimento da população e o melhoramento do nível de vida de seus habitantes.

Destarte, o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, a obtenção de rendas individuais mais altas, constituem o único recurso viável para incrementar a escolaridade, porque o trabalho do menor representa um obstáculo à sua permanência na escola, ou, pelo menos, na sua maior dedicação às atividades escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prioridade da educação, não só para o desenvolvimento econômico das nações, mas, sobretudo, para a escalada social do homem é, contemporaneamente, preocupação de muitos governantes.

Por conseguinte, se a cultura de um povo é democrática e ele atua nas decisões políticas, é provável que sua política educacional acate as sugestões e os an-

seios da população, mas em contextos autoritários, nos quais o povo é subjugado por uma cultura extremamente dominadora, é comum predominar uma política educacional de evidência platônica.

Nenhuma política educacional, tecnicamente determinada pelo desenvolvimento econômico, contribui necessariamente para a construção de uma sociedade democrática, com mais igualdade entre os homens e as mulheres, embora possa contribuir para a dinamização da economia.

A política educacional procura manter a escola como lugar de aprendizagem e situá-la entre o tipo de estrutura de relações sociais da qual os alunos procedem e o tipo de estrutura de relações sociais a que se supõe que estejam destinados enquanto indivíduos produtivos.

Todavia, o financiamento da educação pública é instrumento fundamental para a redução das disparidades sociais no Brasil.

De tal modo, o desenvolvimento econômico implica mudanças de tipo social, de hábitos da população e de atitudes face aos problemas econômicos. Em alguns países, essas mudanças devem ser profundas para que o desenvolvimento se veja frenado na medida em que não se acelere o processo de mutação social.

Finalmente, urge o *status* acadêmico para a disciplina Economia da Educação, para que os estudos avancem.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA FILHO, Olavo. *Economia da educação, planejamento e explosão demográfica*. São Paulo: Pioneira, 1975.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

DAVIES, Nicholas. *Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?* São Paulo: Xamã, 2004.

ECHEVARRÍA, José Medina et al. *Desenvolvimento, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Clélia. *O que é política educacional*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PINHO, Diva Benevides. *Introdução à economia da educação*. São Paulo: Atlas, 1976.

SHEEHAN, John. *The economics of education*. London: Allen & Unwin, 1975.

4

CELSO FURTADO – O ECONOMISTA-MOR



Em primeiro lugar, Celso Furtado (1920-2004) conta com amplo reconhecimento entre os importantes economistas brasileiros, cujos contributos ao estudo e à compreensão do Brasil e das economias latino-americanas são incontestáveis.

Destarte, a sua obra reflete uma visão crítica sobre o desenvolvimento econômico, alinhada com os desafios históricos e estruturais enfrentados pelos países da América Latina, especialmente o Brasil. Furtado é conhecido por suas análises profundas sobre a dependência econômica, a industrialização, e o papel do Estado na promoção do desenvolvimento.

De outro vértice, Furtado formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e obteve seu doutorado em Ciências Econômicas na Universidade de Paris. Durante sua formação, foi influenciado pelas correntes de pensamento que buscavam compreender as especificidades do subdesenvolvimento no contexto latino-americano.

As suas ideias e trabalhos se distanciaram das teorias econômicas convencionais da época, propondo uma nova leitura da economia brasileira e da dinâmica do capitalismo periférico.

Destarte, em sua trajetória, Furtado foi profundamente impactado pelo processo de modernização e de industrialização que se iniciou no Brasil na década de 1950. Suas teorias foram marcadas pela análise da dependência do país em relação aos centros econômicos globais, tendo em vista que o Brasil se via inserido em uma economia globalizada de forma subalterna.

A perseguição por um modelo de desenvolvimento que fosse capaz de superar as limitações históricas da economia brasileira foi um dos objetivos centrais de sua obra.

Outrossim, a produção intelectual de Furtado se caracteriza por um enfoque multidisciplinar, abrangendo tanto a economia quanto a História, Ciência Política e a sociologia.

Seus trabalhos mais conhecidos incluem *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), livros que estabeleceram as bases de sua análise crítica sobre as estruturas econômicas do Brasil e da América Latina.

Em *Formação Econômica do Brasil*, Furtado analisa a evolução econômica do país desde o período colonial até o momento da sua publicação, buscando entender os fatores que determinaram a trajetória de subdesenvolvimento do Brasil.

Ele propôs que as características do Brasil, como a concentração fundiária e a exploração do trabalho escravo, haviam moldado a estrutura social e econômica, impedindo a formação de uma economia autônoma e industrializada.

Ademais, em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Furtado apresenta um es-

tudo mais amplo sobre as economias periféricas e as relações de dependência que as caracterizam. Influenciado pelas ideias de economistas como Raul Prebisch e os teóricos da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), Furtado descreve o subdesenvolvimento como um fenômeno estrutural que não pode ser compreendido apenas a partir da falta de recursos ou de capital, mas sim como uma consequência da inserção desigual das economias periféricas no mercado mundial.

A obra de Furtado revela um pensamento inovador que desafiou as interpretações econômicas dominantes de sua época. Ao contrário das abordagens ortodoxas que viam o subdesenvolvimento como um simples estágio a ser superado pelo desenvolvimento capitalista, ele argumentava que a dependência das economias latino-americanas, como a do Brasil, estava profundamente enraizada nas relações históricas e econômicas globais.

Furtado também destacou a importância do papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico.

Ele via o Estado como um agente essencial para a promoção da industrialização, da infraestrutura e da educação, áreas fundamentais para um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Durante a década de 1950, o Brasil adotou políticas de substituição de importações, que foram em grande parte inspiradas pelas ideias de Furtado, buscando reduzir a dependência externa e estimular o desenvolvimento interno.

O Estado, para Furtado, não deveria se limitar a ser um agente regulador, mas sim um impulsionador de mudanças estruturais. Esse pensamento, alinhado com a proposta de desenvolvimento autônomo, fez de Furtado um crítico do modelo neoliberal que ganharia força nas décadas seguintes, quando o papel do Estado foi significativamente reduzido em muitas economias.

Não foi apenas um acadêmico, mas também desempenhou papéis importantes na administração pública, como Ministro do Planejamento no governo João Goulart.

Sua experiência política ajudou a moldar sua visão sobre o desenvolvimento e o papel do governo na economia. Mesmo após a sua saída do governo e a implementação do regime militar no Brasil, ele continuou a escrever e a influenciar a política econômica brasileira.

O seu legado é imenso, não só por sua vasta produção intelectual, mas também por sua capacidade de integrar os campos da economia, da política e da história em uma análise abrangente do subdesenvolvimento e das alternativas para o Brasil.

Seus escritos são fundamentais para compreender as dificuldades e os desafios enfrentados pelas economias periféricas e, de forma especial, pela economia

brasileira.

Ademais, a crítica de Furtado ao neoliberalismo e a sua defesa do desenvolvimento autônomo continuam a ressoar nas discussões contemporâneas sobre as alternativas econômicas para países em desenvolvimento.

Por conseguinte, atualidade de seus trabalhos reflete a permanência de muitas das questões que ele abordou ao longo de sua carreira, como a desigualdade, a dependência econômica e o papel do Estado no processo de desenvolvimento.

5

ATUALIDADE DE KEYNES



John Maynard Keynes, um dos economistas mais influentes do século XX, continua a ser uma referência fundamental para a compreensão e a formulação das políticas econômicas contemporâneas. Seu pensamento, desenvolvido principalmente na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), rompeu com a ortodoxia clássica e introduziu conceitos que ainda hoje norteiam a atuação dos governos em momentos de crise. Diante dos desafios econômicos atuais, suas ideias permanecem relevantes, especialmente no que diz respeito ao papel do Estado na economia, à intervenção em momentos de recessão e ao combate ao desemprego.

O precípua contributo de Keynes foi demonstrar que os mercados não são necessariamente autorreguláveis e que períodos prolongados de desemprego podem ocorrer sem uma intervenção externa. Ele argumentava que, em momentos de crise, a demanda agregada pode ser insuficiente para garantir o pleno emprego, tornando essencial a atuação do governo por meio de políticas fiscais expansionistas, como o aumento dos gastos públicos e a redução de impostos. Essa abordagem se tornou um marco na formulação de políticas econômicas e foi amplamente adotada após a Grande Depressão e durante a reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial.

A crise financeira de 2008 e os impactos econômicos da pandemia de COVID-19 reavivaram o interesse pelo pensamento keynesiano. Diante da contração econômica gerada por esses eventos, governos ao redor do mundo adotaram pacotes de estímulo, ampliando investimentos públicos e fornecendo auxílios financeiros à população, em uma clara aplicação dos princípios keynesianos. As medidas emergenciais adotadas demonstraram que, sem a intervenção do Estado, a recuperação econômica poderia ser ainda mais lenta e desigual.

Contudo, o legado de Keynes também enfrenta desafios e críticas. Os defensores do liberalismo econômico argumentam que intervenções excessivas podem levar ao aumento da dívida pública e a distorções nos mercados. Além disso, a globalização e as novas dinâmicas econômicas trouxeram questionamentos sobre até que ponto as políticas keynesianas, concebidas em um contexto de economias nacionais mais fechadas, são plenamente aplicáveis na atualidade. Ainda assim, mesmo os críticos reconhecem que a ação estatal continua sendo um instrumento fundamental para enfrentar crises e garantir estabilidade econômica.

Por conseguinte, em um mundo marcado por incertezas, o pensamento de Keynes permanece essencial para compreender e enfrentar os desafios econômicos.

Em epítome, o se legado nos lembra que os mercados, por si sós, nem sempre garantem prosperidade para todos, bem como o Estado tem um papel crucial na promoção do bem-estar social e na busca pelo pleno emprego. Assim, a atualidade de Keynes não reside apenas em suas prescrições econômicas, mas também em sua visão de que a economia deve estar a serviço da sociedade, e não o contrário.

6

A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO CONHECIMENTO



O conhecimento sempre se configurou em um dos principais motores do desenvolvimento econômico, mas, na era da informação, tornou-se o fator mais decisivo para o crescimento sustentável das nações, empresas e indivíduos. Diferentemente dos recursos naturais e do capital físico, que são limitados e sujeitos à escassez, o conhecimento é um recurso intangível que pode ser compartilhado e multiplicado sem se esgotar, tornando-se um diferencial estratégico essencial para a competitividade global.

No cenário atual, marcado pela digitalização e pela inovação constante, a economia baseada no conhecimento assume papel central. Setores como tecnologia, biotecnologia, inteligência artificial e economia criativa demonstram que o valor agregado de bens e serviços está diretamente relacionado ao nível de conhecimento incorporado a eles.

Empresas que investem em pesquisa, desenvolvimento e capacitação conseguem maior produtividade, geram empregos qualificados e impulsionam o crescimento econômico. Além disso, países que priorizam a educação e a inovação tendem a apresentar maior competitividade internacional e desenvolvimento sustentável.

A globalização e o avanço das tecnologias de comunicação facilitaram o acesso à informação, mas também aumentaram a necessidade de adaptação e aprendizado contínuo. O capital humano, ou seja, a qualificação e o conhecimento dos trabalhadores, tornou-se um dos principais ativos das economias modernas.

Profissionais capacitados não apenas elevam a eficiência das organizações, mas também promovem a criação de novos mercados e soluções inovadoras. Nesse contexto, a educação de qualidade e o investimento em ciência e tecnologia são fundamentais para reduzir desigualdades e garantir progresso econômico.

Outro aspecto relevante jaz na relação entre conhecimento e empreendedorismo. Startups e empresas inovadoras surgem a partir da aplicação do conhecimento para resolver problemas e criar oportunidades de negócio. O crescimento dessas empresas não depende apenas de investimentos financeiros, mas da capacidade de desenvolver e utilizar conhecimentos avançados.

Destarte, isso reforça a importância da disseminação do conhecimento, do estímulo à criatividade e da colaboração entre universidades, empresas e governos para fortalecer o ecossistema de inovação.

Em epítome, o conhecimento é um fator essencial para o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável. O uso inteligente do conhecimento permite a criação de soluções para desafios sociais e ambientais, como energias renováveis, saúde pública e eficiência produtiva.

Por final, uma economia que valoriza o conhecimento não apenas gera rique-

za, mas também melhora a qualidade de vida da população, promovendo crescimento econômico com responsabilidade social e ambiental.

7

CARLOS LESSA



Carlos Lessa figura entre os economistas mais preeminentes e respeitados do Brasil, reconhecido por seu vasto contributo para a teoria econômica, seu compromisso com o desenvolvimento do país e sua visão crítica sobre o modelo econômico adotado pela nação. Seu trabalho abrangeu uma ampla gama de temas, mas ele ficou especialmente conhecido por suas reflexões sobre a industrialização, a desigualdade social e a soberania econômica.

Lessa nasceu em 1941, no Rio de Janeiro. Formado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ele foi um dos intelectuais que ajudaram a moldar o pensamento econômico brasileiro nas últimas décadas. Sua formação acadêmica foi aprofundada com estudos de pós-graduação na França, e isso permitiu que ele tivesse uma visão internacionalizada, porém, com um forte compromisso com as realidades brasileiras.

Lessa não se limitou apenas à academia. Ele também atuou ativamente no campo público e político, sendo, por exemplo, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse cargo, Lessa implementou uma série de políticas voltadas ao financiamento do desenvolvimento sustentável e à melhoria da infraestrutura do país, sempre com uma perspectiva voltada para a justiça social e a equidade econômica.

A precípua característica do pensamento de Lessa reside no seu olhar crítico sobre as políticas neoliberais que predominaram no Brasil e em muitos países latino-americanos nas últimas décadas. Ele questionava a ideia de que o mercado livre e a globalização poderiam, por si só, gerar crescimento e reduzir a desigualdade social.

Ao contrário, Lessa acreditava que o Brasil precisava de um projeto de desenvolvimento autônomo, baseado em uma indústria nacional forte, capaz de competir no mercado global sem renunciar à soberania econômica.

Uma de suas grandes contribuições teóricas foi a ideia de que a industrialização não deveria ser vista apenas como um processo de aumento da produção, mas como um meio de criar uma estrutura econômica que fosse capaz de gerar inovações, transformar o país em um polo tecnológico e promover a distribuição de renda.

Ele via o Brasil como um país com imenso potencial de crescimento, desde que tivesse um modelo de desenvolvimento centrado nas suas próprias necessidades e características.

Lessa também esteve à frente de debates sobre a desigualdade social no Brasil. Ele acreditava que a pobreza e a concentração de renda eram consequências diretas de um modelo econômico que privilegiava poucos, em detrimento da gran-

de maioria da população. Em suas obras, ele analisava a estrutura econômica do Brasil com um olhar atento para as questões sociais, defendendo que as políticas públicas deveriam ser desenhadas para promover a inclusão, a justiça social e a redução das desigualdades regionais.

Em suas análises, Lessa se mostrava preocupado com o papel do Brasil no contexto internacional. Ele alertava sobre os riscos de subordinação econômica e política diante dos grandes blocos econômicos internacionais, principalmente após a crescente inserção do país no mercado global. Para Lessa, o Brasil deveria buscar alternativas ao modelo neoliberal, que frequentemente resultava em dependência de capital externo e em uma frágil base produtiva nacional.

Por conseguinte, Lessa deixou um legado fundamental para as futuras gerações de economistas, intelectuais e formuladores de políticas públicas. Seu trabalho ajudou a moldar o debate sobre a economia brasileira nas últimas décadas e suas ideias continuam sendo fonte de inspiração para aqueles que acreditam que o país pode, sim, construir um modelo de desenvolvimento baseado em suas próprias potencialidades.

Destarte, a obra de Lessa se caracteriza por uma crítica profunda aos dogmas do neoliberalismo, defendendo que a construção de um Brasil mais justo e próspero exigia mais do que uma simples abertura ao mercado global.

Era necessário que o país, de forma soberana, construísse sua trajetória, sempre tendo em vista os desafios internos, como a desigualdade social e a necessidade de garantir uma distribuição mais equitativa dos frutos do desenvolvimento.

Seu contribuição vai além dos aspectos técnicos da economia. Carlos Lessa foi um pensador que buscou compreender as complexas relações entre a economia e a sociedade brasileira, e sua obra permanece uma referência essencial para o entendimento dos desafios que o país ainda enfrenta.

Em epítome, Lessa ousou repto as convenções estabelecidas, oferecendo uma visão crítica sobre os rumos do Brasil e do mundo. Seu trabalho não só contribuiu para o campo da economia, mas também se imortalizou por sua capacidade de articular teoria e prática, sempre com uma preocupação social e um profundo amor pelo Brasil.

Por final, presentemente as suas reflexões se configuram em manancial de aprendizado e inspiração para aqueles que acreditam na construção de um país mais justo, soberano e desenvolvido.

8

A DISCIPLINA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO



A Economia do Desenvolvimento é um campo de estudo dentro da economia que se concentra na análise e formulação de políticas para promover o crescimento econômico e o bem-estar social, especialmente em países em desenvolvimento. Essa disciplina busca entender as causas das disparidades econômicas entre países e, ao mesmo tempo, investigar maneiras de melhorar as condições de vida, reduzir a pobreza, promover a igualdade social e estimular a sustentabilidade econômica. Ela combina elementos da teoria econômica tradicional com análises de questões sociais, políticas e ambientais, criando um campo multidisciplinar que integra perspectivas de economia, sociologia, política, e até mesmo de história e ciência política.

Historicamente, a Economia do Desenvolvimento emergiu após a Segunda Guerra Mundial, quando muitos países da Ásia, África e América Latina buscaram formas de modernizar suas economias e sociedades. O período pós-guerra foi marcado por uma série de esforços internacionais para apoiar o desenvolvimento de países recém-independentes, que estavam enfrentando grandes desafios relacionados a altos índices de pobreza, desigualdade e falta de infraestrutura.

Inicialmente, a disciplina estava centrada na ideia de que os países pobres precisavam seguir os mesmos caminhos de desenvolvimento percorridos pelos países ricos, como Estados Unidos e nações da Europa Ocidental. A teoria da modernização, com ênfase no crescimento econômico através da industrialização e da adoção de políticas liberais de mercado, foi uma das primeiras abordagens teóricas dominantes na área. As décadas seguintes, no entanto, revelaram que esse modelo nem sempre produzia os resultados esperados, e surgiram críticas e novas perspectivas sobre o

Os precípuos paradigmas da Economia do Desenvolvimento:

- a) Paradigma da Modernização: Como mencionado anteriormente, a teoria da modernização sugeria que os países em desenvolvimento deveriam seguir o caminho de desenvolvimento dos países industrializados, focando na implementação de reformas políticas e econômicas baseadas na liberalização dos mercados, investimentos em infraestrutura e instituições modernas. No entanto, essa teoria não levava em consideração as particularidades locais, as desigualdades estruturais e as consequências sociais que podiam surgir durante o processo de desenvolvimento.
- b) Paradigma da Dependência: A crítica à teoria da modernização surgiu por meio da teoria da dependência, que argumentava que os países em desenvolvimento estavam, na verdade, sendo subjugados a uma relação de dependência com as economias mais desenvolvidas. O desenvolvimento de países ricos foi visto como baseado na exploração dos recursos e da força de trabalho de países mais pobres. Economistas como Celso Furtado e Theoto-

nio dos Santos, entre outros, apontaram que a estrutura econômica global impunha obstáculos ao desenvolvimento autônomo de países periféricos.

- c) **Neoliberalismo e suas Críticas:** Na década de 1980, com o avanço das políticas neoliberais, muitos países começaram a adotar reformas estruturais baseadas no mercado livre, desregulamentação e privatizações. A visão neoliberal defendia que a livre concorrência e a redução do papel do Estado seriam essenciais para o crescimento econômico. No entanto, essas políticas frequentemente resultaram em maiores desigualdades sociais e em uma menor intervenção do Estado nas questões sociais, o que levou a novas críticas dentro da Economia do Desenvolvimento.
- d) **Paradigma das Capacidades:** Em contraste com as abordagens anteriores, a teoria das capacidades, desenvolvida por Amartya Sen, enfatiza a importância de ampliar as liberdades individuais e sociais para promover o desenvolvimento humano. Segundo Sen, o desenvolvimento não deve ser visto apenas como crescimento econômico, mas como um processo de expansão das capacidades das pessoas, ou seja, a sua habilidade de viver a vida que elas têm razões para valorizar. Essa teoria coloca um foco maior no bem-estar das pessoas e na melhoria das condições sociais, como educação, saúde e igualdade de gênero.

Nos dias de hoje, a Economia do Desenvolvimento lida com uma gama de desafios complexos que vão além das questões tradicionais de crescimento econômico. Entre esses desafios, destacam-se a pobreza extrema, as mudanças climáticas, a crescente desigualdade social, os fluxos migratórios forçados, e a necessidade de uma transição para economias sustentáveis.

Ademais disso, o desenvolvimento deve ser visto de maneira mais holística, incorporando a preservação ambiental e a inclusão social como elementos essenciais para o progresso.

O conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se uma questão central, especialmente após a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. Esses objetivos propõem metas para erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades e garantir a sustentabilidade ambiental, integrando aspectos econômicos, sociais e ambientais de maneira equilibrada. A Economia do Desenvolvimento contemporânea tem, portanto, que encontrar maneiras de conciliar crescimento econômico com a preservação do meio ambiente e a inclusão social.

Políticas Públicas e Intervenção Estatal

A execução de políticas públicas adequadas ao contexto de cada país é um dos focos da Economia do Desenvolvimento. Políticas como a promoção da educação de qualidade, a reforma agrária, a promoção de sistemas de saúde universais e a criação de uma infraestrutura adequada são essenciais para fomentar o desenvolvimento inclusivo. Em muitas ocasiões, o papel do Estado na promoção do desenvolvimento é visto como indispensável, principalmente quando se trata de corrigir falhas de mercado e proporcionar bens públicos essenciais.

A par disso, políticas de redistribuição de renda, como os programas de transferência direta de recursos, têm se mostrado eficazes em reduzir a pobreza de maneira rápida e significativa, como pode ser observado em casos como o Bolsa Família no Brasil e o PROGRESA no México.

Em epítome, a Economia do Desenvolvimento é uma disciplina em constante evolução, que precisa se adaptar às transformações globais e aos novos desafios que surgem no cenário internacional. Seu objetivo fundamental é compreender as causas das desigualdades econômicas e sociais e buscar soluções viáveis para promover o progresso sustentável e inclusivo.

Por final, posto que os debates sobre as melhores abordagens para o desenvolvimento continuem a ser intensos, é claro que uma combinação de políticas públicas, investimentos em capital humano e a integração de questões ambientais serão essenciais para garantir que o desenvolvimento futuro seja inclusivo, equitativo e sustentável.

9

SOCIOLOGIA ECONÔMICA – A SOCIABILIDADE DA ECONOMIA



A economia, por muito tempo, foi tratada como um sistema autônomo, regido por leis próprias, com ênfase no comportamento racional do “homo economicus” e na lógica dos mercados. Essa abordagem clássica, dominante especialmente no campo da economia neoclássica, tende a isolar os fenômenos econômicos das dinâmicas sociais, culturais e políticas que os moldam. A Sociologia econômica, por sua vez, emerge como uma crítica a essa separação e propõe um olhar mais abrangente e integrado, que reconhece a sociabilidade como elemento constitutivo da economia.

A sociabilidade econômica refere-se às formas pelas quais os indivíduos e grupos se relacionam no âmbito das atividades econômicas, evidenciando que toda ação econômica é, essencialmente, uma ação social. Ou seja, a produção, a troca, o consumo e a acumulação de bens não ocorrem em um vácuo social, mas sim em contextos históricos e culturais específicos, mediadas por valores, normas, redes sociais e instituições. Essa perspectiva está enraizada nas contribuições clássicas de autores como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, que já apontavam para a interdependência entre economia e sociedade, ainda que por caminhos distintos.

Marx, à guisa de exemplo, ao analisar o capitalismo, demonstra como as relações de produção são também relações sociais, e como a lógica do capital impõe formas específicas de sociabilidade — marcadas pela alienação, pela exploração e pela desigualdade. Já Weber, ao investigar as origens do capitalismo moderno, mostra como a ética protestante e o racionalismo burocrático foram fundamentais para o surgimento de uma nova lógica econômica, baseada no cálculo e na eficiência. Durkheim, por sua vez, se preocupa com os efeitos da divisão do trabalho na coesão social, observando que a economia, quando dissociada da moral, pode gerar anomia e enfraquecimento dos laços sociais.

Nas últimas décadas, a sociologia econômica contemporânea tem aprofundado essas reflexões, especialmente por meio dos trabalhos de autores como Mark Granovetter e Viviana Zelizer. Granovetter critica a visão de que as ações econômicas são “subsocilizadas” — ou seja, puramente individuais e racionais — e propõe o conceito de “embeddedness” (enraizamento), segundo o qual as ações econômicas estão sempre inseridas em redes sociais.

Para ele, a confiança, a reputação e os vínculos interpessoais são fundamentais para o funcionamento dos mercados, contrariando a ideia de que estes são compostos apenas por agentes anônimos e autointeressados.

Zelizer, por outro lado, introduz o conceito de “circuitos econômicos”, para mostrar que diferentes contextos sociais produzem diferentes significados e práticas econômicas. Seu trabalho sobre o valor afetivo do dinheiro, por exemplo, revela como as pessoas atribuem sentidos morais, emocionais e relacionais ao uso do dinheiro, especialmente em contextos familiares e íntimos. Com isso, ela rompe

com a visão monetarista e universalista da economia, mostrando que a racionalidade econômica é sempre situada e relacional.

Ao reconhecer a sociabilidade da economia, a sociologia econômica também desafia a dicotomia entre esfera econômica e esfera social. Nas práticas cotidianas, essas esferas são indissociáveis. Em comunidades rurais, cooperativas, economias solidárias, mercados informais e redes de troca, por exemplo, as relações econômicas são fortemente marcadas por valores como reciprocidade, solidariedade, confiança e pertencimento.

Posto que no capitalismo globalizado, altamente tecnologizado e financeirizado, as relações pessoais e os vínculos sociais continuam sendo determinantes — ainda que, muitas vezes, subordinados à lógica do lucro e da acumulação.

Outro ponto importante é que a sociabilidade econômica não é homogênea; ela varia conforme o contexto histórico, a cultura local, as desigualdades de classe, gênero e raça, e os regimes institucionais. A economia doméstica, por exemplo, envolve uma divisão sexual do trabalho profundamente marcada por relações de poder e dominação, que por muito tempo foram invisibilizadas pela economia ortodoxa. A inclusão dessas dimensões analíticas amplia o entendimento do que é a economia e de como ela funciona na prática.

Nesse sentido, a abordagem sociológica permite compreender fenômenos contemporâneos como o consumo como prática identitária, a financeirização das relações pessoais (como os empréstimos entre amigos e familiares), o surgimento das plataformas digitais como novos espaços de interação econômica e as redes de confiança que sustentam o empreendedorismo popular e os mercados locais. Todas essas dinâmicas evidenciam que a economia é uma construção social, permeada por valores, afetos, disputas e significados.

Destarte, reconhecer a sociabilidade da economia não é negar a existência de racionalidade econômica, mas sim entender que essa racionalidade é múltipla, contextual e influenciada por fatores sociais. Ao invés de ver o mercado como uma entidade abstrata e autorregulada, a sociologia econômica propõe vê-lo como um espaço social habitado por sujeitos concretos, que agem com base em interesses, mas também em normas, vínculos e emoções.

Por conseguinte, o contributo da Sociologia Econômica, portanto, é dupla: de um lado, ela enriquece o entendimento da economia como fenômeno social; de outro, ela oferece ferramentas analíticas e críticas para repensar os modelos de desenvolvimento, de políticas públicas e de justiça social.

Em epítome, nas conjunturas de crises econômicas, desigualdades crescentes e transformações tecnológicas aceleradas, essa perspectiva se mostra cada vez mais necessária e atual.

10

KEYNES E A ECONOMIA



Preliminarmente, John Maynard Keynes, um dos mais influentes economistas do século XX, revolucionou o pensamento econômico ao propor uma nova forma de compreender as crises econômicas e os ciclos de produção. Nascido na Inglaterra, em 1883, Keynes rompeu com a visão clássica que defendia a autorregulação dos mercados e o pleno emprego como condição natural das economias.

Sua obra mais emblemática, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicada em 1936, surgiu como resposta à Grande Depressão de 1929, período em que milhões de pessoas perderam seus empregos e o mundo mergulhou em uma profunda recessão.

Para Keynes, o mercado, quando deixado à própria sorte, não era capaz de garantir o equilíbrio pleno, especialmente em momentos de retração da demanda agregada. A queda do consumo e dos investimentos privados, segundo ele, gerava um ciclo vicioso de desemprego e estagnação, impossibilitando a recuperação econômica de forma espontânea.

Nesse contexto, o papel do Estado tornava-se fundamental para intervir na economia por meio de políticas fiscais e monetárias que estimulassem a demanda e impulsionassem o crescimento.

Destarte, um dos precípuos contributos de Keynes foi a defesa dos gastos públicos como instrumento de política econômica. Ao contrário dos economistas clássicos, que pregavam o equilíbrio orçamentário a qualquer custo, ele argumentava que, em tempos de crise, o governo deveria aumentar seus gastos, posto que isso implicasse em “déficits” temporários.

Esses investimentos públicos teriam o efeito multiplicador de reaquecer a economia, gerar empregos e restaurar a confiança dos agentes econômicos.

Ademais disso, Keynes destacou a importância da taxa de juros como ferramenta de estímulo aos investimentos. Em sua visão, taxas de juros elevadas desincentivavam o setor privado a investir, agravando o quadro recessivo. Assim, defendia que o Estado, através dos bancos centrais, deveria reduzir os juros para fomentar o crédito e facilitar o financiamento das atividades produtivas.

Outrossim, a sua doutrina influenciou a criação de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, destinadas a promover a estabilidade econômica e financeira global no pós-guerra. Durante décadas, suas ideias nortearam as políticas econômicas de diversas nações, especialmente no período conhecido como os “Trinta Anos Gloriosos”, marcado pelo crescimento econômico e pela ampliação dos direitos sociais no mundo ocidental.

No entanto, a partir da década de 1970, o keynesianismo passou a ser contestado pelos defensores do neoliberalismo, que criticavam a excessiva intervenção estatal e os déficits públicos gerados pelas políticas keynesianas.

Isso posto, as ideias de Keynes ressurgiram com força em momentos de crise, como ocorreu em 2008, quando diversos governos recorreram aos estímulos fiscais para conter os efeitos da crise financeira global.

O legado de Keynes permanece atual, sobretudo em um mundo que ainda enfrenta desafios como o desemprego estrutural, a desigualdade social e as crises econômicas cíclicas. Sua visão sobre o papel do Estado como agente regulador e promotor do bem-estar social continua sendo uma referência para economistas, governos e formuladores de políticas públicas que buscam construir sociedades mais justas e equilibradas.

Em epítome, Keynes, ao enxergar a economia não apenas como números e teorias, mas como uma ciência voltada para melhorar a vida das pessoas, consolidou-se como um dos grandes pensadores da história econômica mundial.

11

ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL



Em primeiro lugar, a Economia Política Internacional (EPI) se configura em área de estudo interdisciplinar que examina as interações entre economia e política no cenário global.

Ela, outrossim, analisa como os Estados, organizações internacionais, empresas e outros atores influenciam e são influenciados pelas dinâmicas econômicas e políticas no âmbito internacional. A EPI se concentra na relação entre poder e riqueza, investigando como fatores políticos moldam a economia mundial e vice-versa.

O desenvolvimento da EPI remonta às teorias clássicas do comércio e da política econômica, formuladas por pensadores como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx.

No entanto, a disciplina moderna emergiu no século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando a globalização, a interdependência econômica e o papel das instituições internacionais passaram a ser elementos centrais das relações internacionais.

Destarte, três principais abordagens teóricas dominam a Economia Política Internacional: o liberalismo, o mercantilismo e o marxismo. O liberalismo enfatiza os benefícios do livre mercado e da cooperação econômica global, destacando o papel das instituições internacionais na promoção do comércio e do desenvolvimento.

O mercantilismo, por outro lado, vê a economia global como uma arena de competição entre Estados, nos quais a busca pelo poder econômico se traduz em influência política. Já o marxismo critica as desigualdades do sistema capitalista e analisa como a economia global favorece determinadas classes e países em detrimento de outros.

Destarte, o âmbito da EPI abrange temas como comércio internacional, finanças globais, desenvolvimento econômico, globalização, governança econômica e crises financeiras. Com a crescente interconectividade do mundo, a disciplina se tornou fundamental para compreender fenômenos como guerras comerciais, o impacto das multinacionais, a ascensão de novas potências econômicas e as transformações tecnológicas que moldam a economia global.

Em epítome, a importância da Economia Política Internacional se reflete na formulação de políticas públicas e estratégias empresariais, pois permite uma compreensão mais ampla das oportunidades e desafios que surgem no ambiente econômico global.

Por final, à luz dessa abordagem é possível analisar criticamente as relações de poder e as dinâmicas econômicas que influenciam a prosperidade e a estabilidade mundial.

12

DESENVOLVIMENTO RURAL



O desenvolvimento rural é uma temática estratégica para a superação das desigualdades sociais e econômicas persistentes no Brasil e em outros países com forte presença da agricultura em suas estruturas produtivas. Longe de se restringir à produção agrícola, o conceito de desenvolvimento rural abarca um conjunto de políticas, ações e transformações voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações que vivem no meio rural. Isso inclui a diversificação da economia, o acesso a serviços públicos essenciais, a valorização da cultura local e a promoção da sustentabilidade ambiental.

Historicamente, o meio rural foi tratado de forma secundária nas políticas de desenvolvimento, sendo comumente reduzido à função de fornecedor de matéria-prima para os centros urbanos. Essa visão limitada contribuiu para a marginalização de milhares de pequenos produtores, comunidades tradicionais, indígenas e agricultores familiares, que enfrentam grandes dificuldades de acesso à terra, crédito, infraestrutura e assistência técnica. No entanto, nas últimas décadas, uma nova concepção de ruralidade tem ganhado espaço, reconhecendo que o campo é um espaço multifuncional, habitado por sujeitos sociais ativos, portadores de direitos e saberes próprios.

Nesse novo paradigma, o desenvolvimento rural é compreendido como um processo integrado, que deve considerar as especificidades territoriais, culturais e ambientais de cada região. As políticas públicas desempenham papel central nesse contexto, seja por meio de programas de fortalecimento da agricultura familiar, como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), seja por ações voltadas à regularização fundiária, à educação no campo, à promoção da agroecologia e da inclusão digital.

A criação de mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também tem sido uma estratégia eficaz para assegurar renda aos produtores e fomentar circuitos curtos de comercialização.

A questão ambiental, por sua vez, é indissociável do debate sobre o desenvolvimento rural. O avanço do desmatamento, o uso intensivo de agrotóxicos e a concentração fundiária estão entre os principais entraves à sustentabilidade no campo. A agroecologia surge como uma alternativa promissora, ao propor modelos produtivos baseados na biodiversidade, nos conhecimentos tradicionais e na conservação dos recursos naturais. Além disso, práticas agroecológicas contribuem para o empoderamento de mulheres e jovens rurais, estimulando sua permanência no campo e a dinamização da economia local.

Outro aspecto fundamental do desenvolvimento rural é o fortalecimento da organização social e da participação popular. Associações, cooperativas, sindicatos e movimentos sociais do campo desempenham papel decisivo na construção

de propostas, na reivindicação de políticas públicas e na defesa dos direitos das comunidades rurais.

A experiência acumulada por esses atores tem demonstrado que a construção de um rural mais justo e sustentável exige processos democráticos, planejamento participativo e o reconhecimento da diversidade de formas de vida existentes no interior do país.

Entretanto, o avanço do agronegócio em larga escala, voltado à exportação e baseado em monoculturas e tecnologia intensiva, continua sendo um dos principais obstáculos à efetivação de um modelo de desenvolvimento rural inclusivo. Apesar de sua importância econômica, esse modelo frequentemente promove a concentração de terras, a expulsão de comunidades tradicionais e impactos ambientais severos. Por isso, é urgente a construção de alternativas que articulem produtividade com justiça social e conservação ambiental.

Em epítome, o desenvolvimento rural deve ser entendido como um processo multidimensional, que envolve não apenas o aumento da produção agrícola, mas sobretudo a melhoria das condições de vida e a ampliação dos direitos das populações do campo. Para isso, faz-se mister Estado presente, políticas públicas bem estruturadas e o fortalecimento das iniciativas locais.

Por final, a construção de um campo vivo, sustentável e justo depende da valorização de seus sujeitos e da construção de uma nova relação entre sociedade, natureza e economia. É nesse horizonte que o desenvolvimento rural se apresenta não apenas como uma meta técnica, mas como um projeto político, ético e civilizatório.

A obra **Estudos Sobre Desenvolvimento Econômico – estudos introdutórios** reúne reflexões interdisciplinares sobre os desafios e perspectivas do desenvolvimento em sociedades contemporâneas. A obra ultrapassa a visão restrita de indicadores quantitativos, explorando dimensões sociais, políticas, culturais, ambientais e históricas. Os textos transitam entre teoria e prática, global e local, macro e micro, abordando temas como políticas públicas, desigualdades, trabalho, território, transformações tecnológicas e crises globais. O livro não oferece fórmulas prontas, mas propõe um debate plural, crítico e comprometido com a justiça social e a sustentabilidade. Consolidando uma trajetória acadêmica em sua terceira edição, busca inspirar pesquisas, ações e colaborações para pensar caminhos alternativos e inovadores rumo a um desenvolvimento mais humano e inclusivo.

ISBN: 978-65-6068-187-3

CDL



9 786560 681873